

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 13

ESTADO DA BAHIA

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 13 - ESTADO DA BAHIA

Brasília, Maio de 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTACIÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

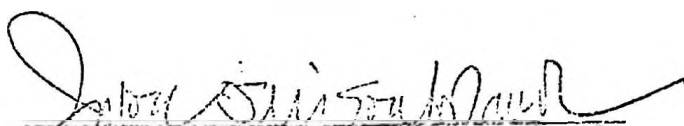
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antonio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

### NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.



Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

ÍNDICE

## ÍNDICE

### A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DA BAHIA

1. Quadro atual do Planejamento na Bahia

### B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DA BAHIA

### C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DA BAHIA

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

### D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### E - ANEXOS

- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DA BAHIA

## A - O PLANEJAMENTO ESTADUAL NA BAHIA

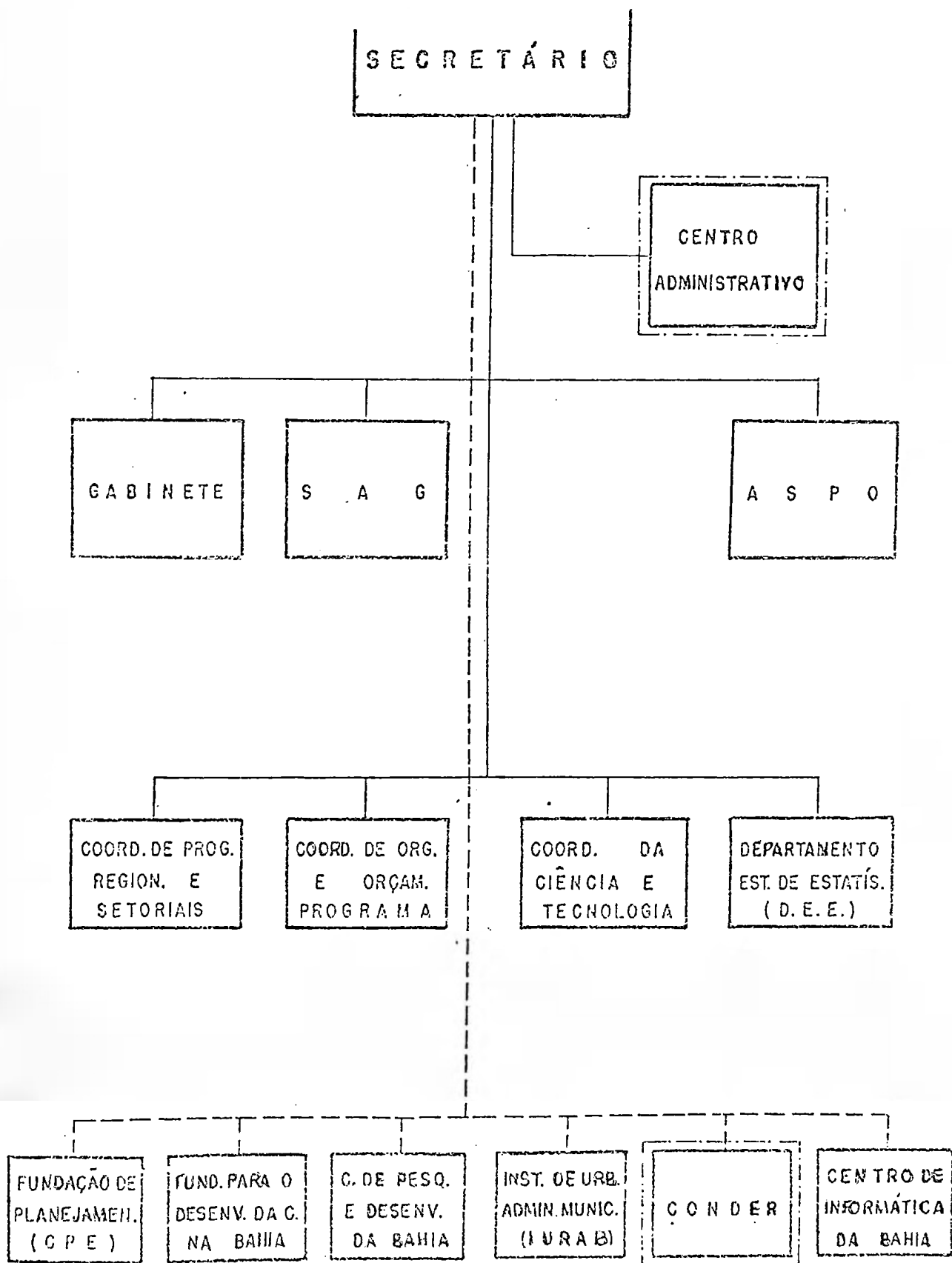
O quadro e organograma seguintes, descrevem a evolução e estrutura do sistema de planejamento na Bahia. Apresenta-se igualmente, alguns aspectos básicos do atual Plano de Governo , que se encontrava ainda em fase de elaboração, à época da elaboração do presente Estudo (jan/fev 1972).

Em anexo, são apresentadas informações mais detalhadas sobre o Plano de Governo (em elaboração) bem como relativas à estrutura do sistema de planejamento.

## ESTADO DA BAHIA

## Evolução do Sistema de Planejamento

A N O	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1966	Não há informação sôbre Legislação	Redefinição do sistema de Planejamento Estadual com a implantação da Reforma Administrativa no Estado.
1971	Lei 2.925, de 03/05/71  Decreto 22.415, de 07/06/71	Criação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLAMTEC.  Aprova o Regimento dos Órgãos do sistema de planejamento e determina o grau e a forma de relacionamento entre o órgão Central (a Secretaria) e os órgãos setoriais de planejamento (ASPO's)
1972		PLANO DE GOVÊRNO ( em elaboração)





## QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO NA BAHIA

O Plano do Estado ainda se encontra em fase de elaboração, de modo que as informações disponíveis são apenas aquelas obtidas do documento apresentado no Encontro Nacional de Secretários de Planejamento.

Dentro da orientação global do planejamento nacional o Estado da Bahia procurou definir suas diretrizes de política econômica atendendo basicamente:

- a) à compatibilização com o "Metas e Bases" e com os Planos Nacional e Regional naquelas prioridades e naqueles programas necessários à integração com os objetivos de desenvolvimento nacional;
- b) às necessidades peculiares atuais da economia baiana;

A principal característica dos programas de Governo é a operacionalidade. Diante das alternativas que se apresentaram no início do atual Governo, optou-se por aquela de definir em grandes diretrizes a política econômica, que orientaria e canalizaria a ação dos órgãos executores para determinados objetivos comuns. Enquanto isto, dentro destas diretrizes, a Secretaria do Planejamento trabalharia na elaboração definitiva do Programa do Governo, com ampla participação das demais Secretarias de Estado.

Foram concluídos como prioritários os seguintes setores: agricultura, mineração, turismo, saneamento básico e educação.

Por outro lado, o Estado da Bahia é formado de 26 microrregiões homogêneas, segundo a classificação do IBGE. Estas

26 microrregiões, após uma série de estudos levados a cabo pelo Governo do Estado, puderam ser agrupados em 16, dada a algumas peculiaridades próprias, para efeito da ação governamental que seria deflagrada. Assim, foram chamadas de microrregiões-programas, caracterização, essa puramente de âmbito estadual.

Quando da elaboração do Programa de Ação do Governo, na impossibilidade de se atuar simultânea e integradamente em todas essas microrregiões, procedeu-se a seleção entre elas das que viriam a ser beneficiadas inicialmente. Os critérios básicos, além do político propriamente e do empírico, para essa seleção, podem assim ser sintetizados:

- a) identificação de potencial econômico, sub ou não explorado, capaz de responder, satisfatoriamente e em curto tempo, à ação do Governo, traduzida em maciços investimentos;
- b) no intuito de eliminar distorções ou disparidades entre certas microrregiões e as demais;
- c) como suporte a certos objetivos e prioridades setoriais;
- d) diante do fator "localização" de certas atividades de relevante interesse e que devam ser atingidos de forma integrada;
- e) tendo em vista a existência de uma massa crítica urbana e de Serviços, a exigir continuadas e crescentes inversões programadas.

Numa primeira fase foram selecionadas como prioritárias as seguintes microrregiões:

- a) Recôncavo - por ser a mais importante área do Estado, onde estão concentradas suas atividades industriais, grandes núcleos urbanos, além de en-

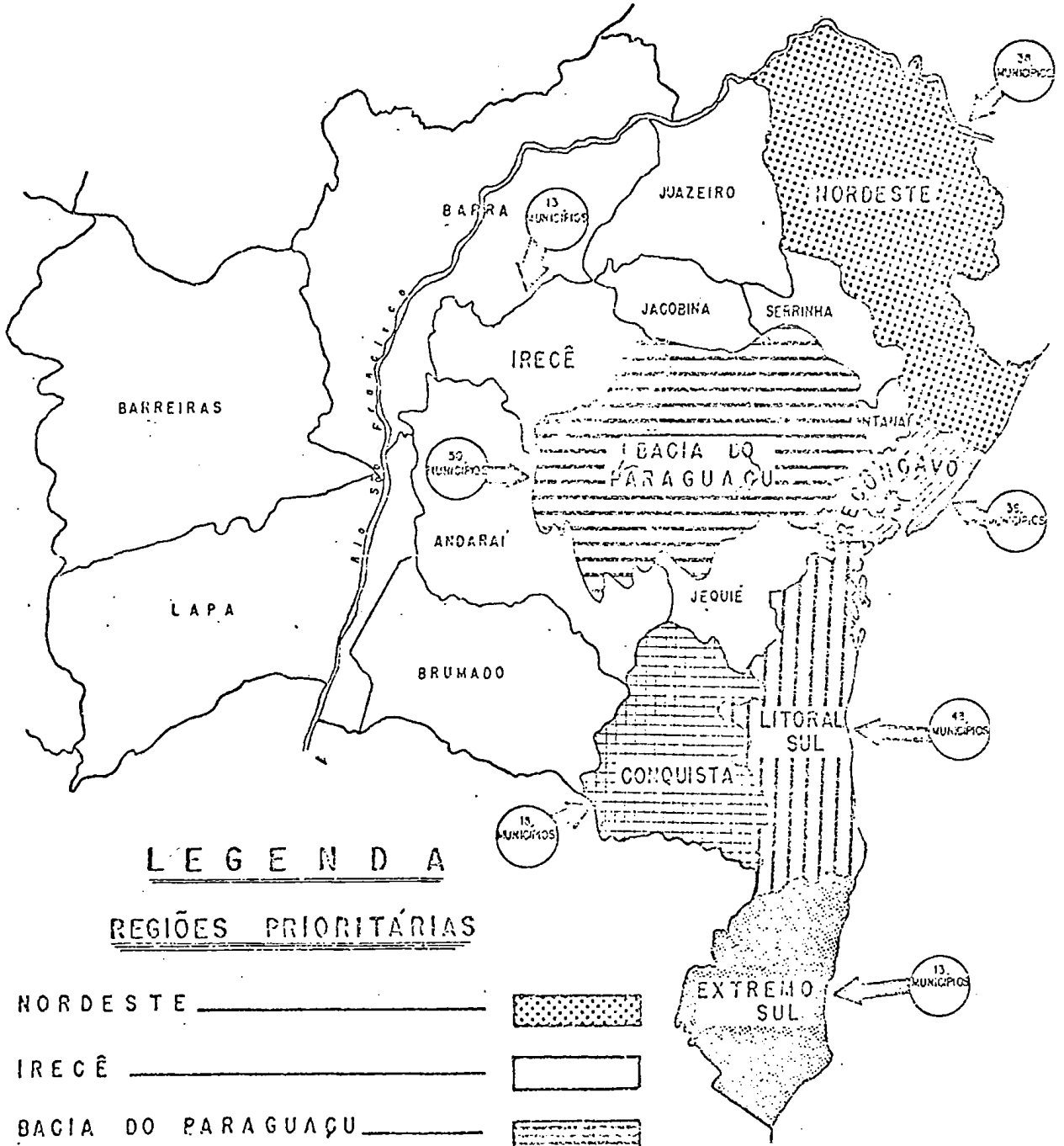
globar a Área Metropolitana de Salvador. Esta região é responsável por 50% de toda a receita estadual e por 69% da produção industrial. Trata-se de uma região onde melhor se distingue a dualidade entre o setor moderno, dinâmico, industrial e o setor agrícola tradicional;

- b) Cacaueira - por constituir-se no núcleo do cacau, principal produto de exportação do Estado, tendo uma participação significativa para o aumento de divisas para a Nação. Deseja-se tornar a lavoura cacaueira mais eficiente, com melhores condições de concorrer no mercado internacional, através de execução de investimentos em infra-estrutura e apoio à pesquisa e extensão rural levada a cabo pelo Governo Federal.
- c) Extremo-Sul - pelo seu grande potencial madeireiro, pesqueiro e no intuito de agregar a região à economia do Estado, o que não vinha ocorrendo dada sua distância e ausência de meios de comunicação. Sendo uma região com grande potencial econômico, estima-se que a sua incorporação econômica ao Estado elevará substancialmente a participação dessa região na formação de renda bruta total estadual.
- d) Irecê - por constituir-se no mais importante centro cerealífero do Nordeste, grande produtora de milho e feijão. Com efeito, esta é uma das poucas regiões do Estado onde produtos agrícolas de lavoura não industrial são cultivados em bases capitalistas. O apoio do Governo na região é de grande importância, pois daí poderá advir um aumento de produção a custos mais baixos, que resultará em maiores quantidades a preços mais baixos contribuindo, assim, para a redução do custo de vida em alguns centros urbanos.

- e) Nordeste - por constituir-se na região mais pobre do Estado, bem como de todo o Nordeste brasileiro apresentando os mais altos índices de subdesenvolvimento. A intenção é reduzir a disparidade regional interna, através de um elenco de medidas que visam incorporar a economia de subsistência dessa microrregião problema, em um contexto capitalista.
  
- f) Vitória da Conquista - por ser o principal centro pecuário do Estado e pelas suas reais condições de se desenvolver as atividades industriais.
  
- g) Bacia do Paraguaçu - mais que uma microrregião, a Bacia se caracteriza pelo seu grande potencial hídrico que poderá ser aproveitado integralmente, inclusive para fins energético e de abastecimento de Salvador. É um programa integrado para fins múltiplos, englobando inclusive projetos para suprimento de água para outras regiões.



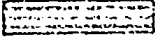
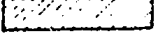
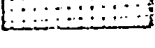
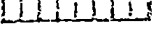
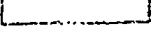
Para executar a política do Estado, nessas diversas regiões, cogita-se da criação de uma empresa pública para promoção e financiamento de empreendimentos em coparticipação municipal - estadual, voltados para os setores de infraestrutura agrícola, energia elétrica, saúde e saneamento e educação e treinamento.

# ESTADO DA BAHIA



## LEGENDA

### REGIÕES PRIORITÁRIAS

NORDESTE	_____	
IRECÊ	_____	
BACIA DO PARAGUAÇU	_____	
RECÔNCAVO	_____	
CONQUISTA	_____	
LITORAL SUL	_____	
EXTREMO SUL	_____	

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS  
E FINANCEIROS DO ESTADO DA BAHIA

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DO ESTADO DA BAHIA

1. Orçamento para 1972: 1.150,0 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	30,8	34,7	32,8
- s/Receita Total dos Estados	3,2	3,4	3,6

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 14,6	+ 7,7
1971/72	+ 14,8	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 41,4	+ 32,1
1971/72	+ 4,8	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	50,8	20,8	-	15,4	36,2
1970	46,4	9,2	3,4	14,0	26,6
1972	47,7	8,0	3,2	12,6	23,8

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	109,9	132,7	132,3
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	27,9	34,2	38,9

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	128,3	127,0	103,7
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	125,4	113,9	92,0

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	43,7	40,9	34,6
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	38,0	44,0	42,7
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
97,3	2,7	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

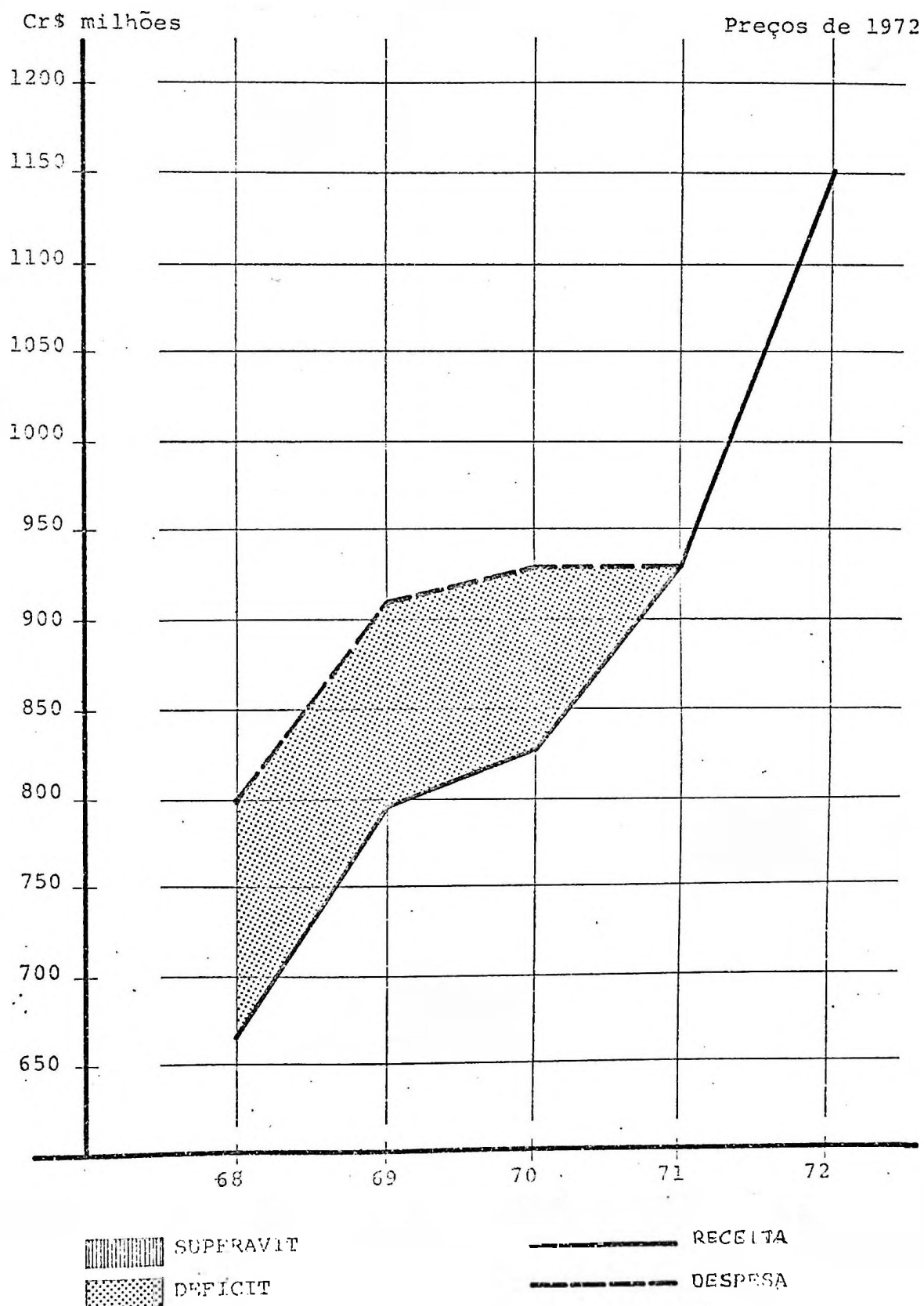
45,1

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	8,5	7,8
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	0,7	0,7	2,9

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>
-	20,4	15,1



ESTADO DA BAHIACOMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA1968/1972

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DA BAHIA

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DA BAHIA

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado da Bahia, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr \$ 1.150,0 milhões

1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72 tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do DF e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam que o Estado, em relação aos dois últimos parâmetros, vem aumentando sua participação relativa ao longo de todo o período e, em relação ao primeiro, teve substancial aumento de posição relativa no sub-período 1968/70, prevendo-se ligeira queda no sub-período final:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste:	30,8	33,1	34,7	31,2	32,8
Receita Estadual/ Receitas dos Estados:	3,2	3,3	3,4	3,3	3,6
Receita Estadual/Receita da União:	2,9	3,1	3,2	3,6	3,6

---

<sup>1/</sup> Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 14.

Os gráficos I, II e III, apresentados no Anexo do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos de 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do DF e à Receita da União. Verifica-se por eles que a Bahia é o primeiro Estado da Região Nordeste em participação percentual quanto a esses três parâmetros:

1.1.2. Evolução da Receita em termos reais:

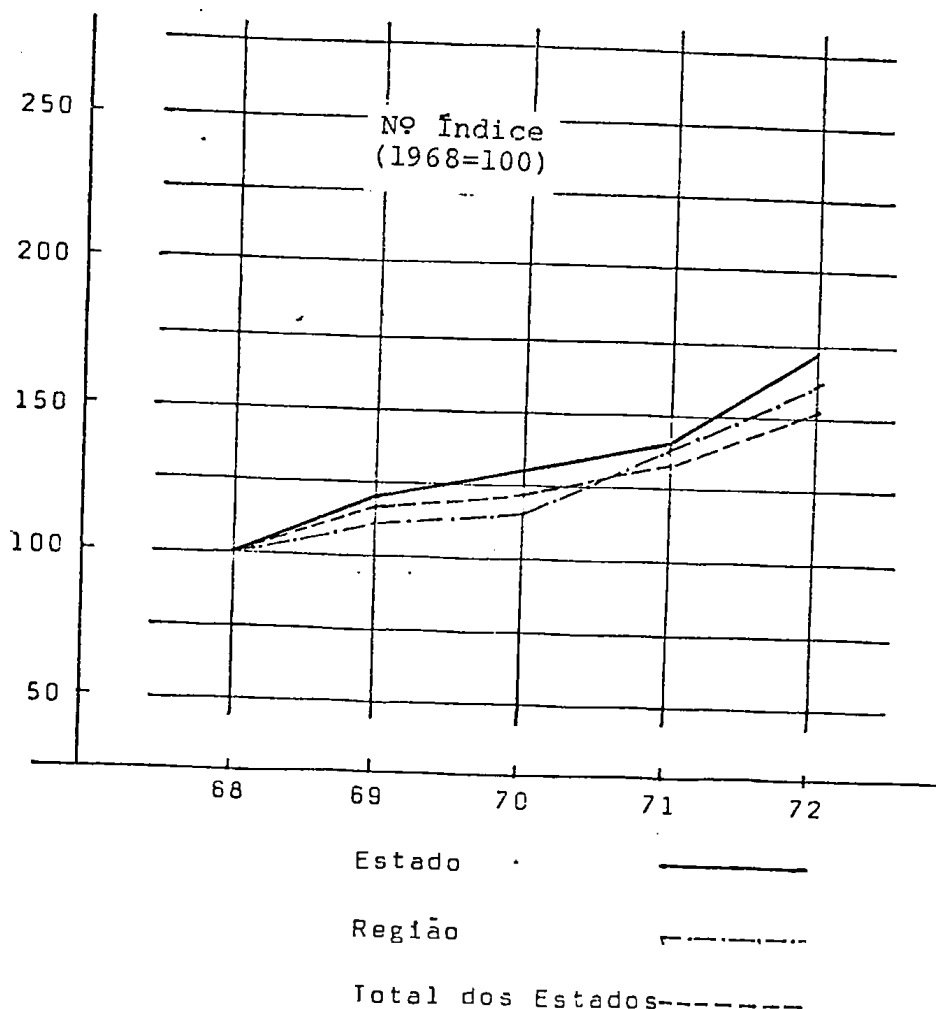
A evolução da Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, mostra uma tendência regularmente ascendente ao longo de todo o período, isto é, a taxa de crescimento realizada é praticamente igual à taxa estimada. (taxa média no período da ordem de 14,7% a.a.)<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968 = 100):	100	120	131	140	173
Acréscimos Anuais:	-	+20,0	+ 9,2	+ 6,9	+23,6

O gráfico a seguir apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado da Bahia, do somatório das Receitas da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas BA - 1.2 e 1.3, apresentadas no anexo II deste volume.

<sup>2/</sup> Tabela BR - 1.2



### 1.1.3. Evolução de Despesa em termos reais

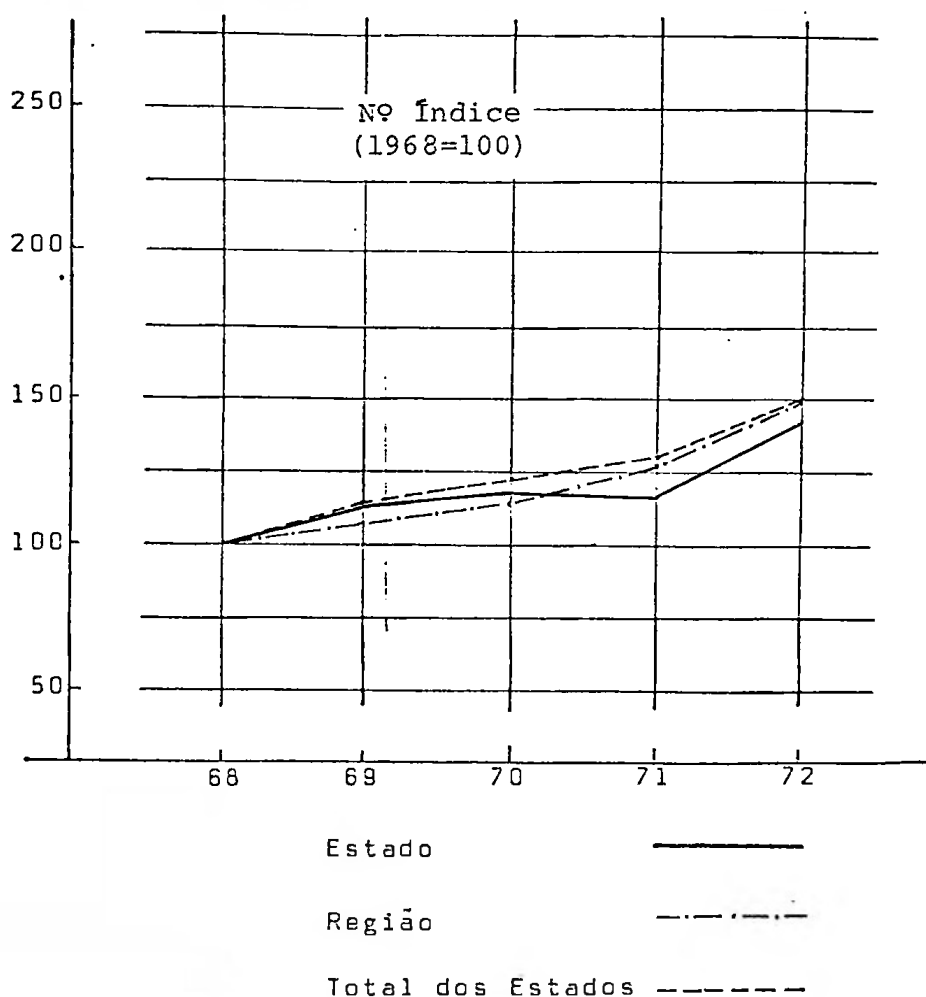
A evolução da Despesa em termos reais, de acordo com os dados abaixo, processou-se a um ritmo ascendente ao longo de todo o período: taxas de crescimento da ordem de 3,0% a.a. para o sub-período de 1968/70 ( dados de Balanço ) e previsão de 11,5% a.a. para o sub-período 1971/72\* (dados de Orçamento) <sup>1/</sup>.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968=100):	100	114	116	116	144
Acréscimos Anuais:	-	+14,0	+ 1,8	0,0	+24,1

<sup>1/</sup> Tabelas BA - 1.2 e 1.3

(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão Orçamentária.

O Gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado da Bahia, do somatório das Despesas da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal:<sup>1/</sup>



## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- 2.1 - análise segundo as categorias econômicas
- 2.2 - análise segundo a origem.

Neste segundo sub-item será dado destaque ao ICM e as Trans

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.1

ferências e sua posição relativa no Orçamento.

## 2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico V, apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra as Receitas dos Estados da Região Nordeste nos anos 1968, 1970 e 1972, desdobradas em Receitas Correntes e de Capital. Na Bahia, a participação percentual das Receitas de Capital na Receita Total é superior à participação do somatório das Receitas de Capital para a Região e para o conjunto dos Estados no Total de Receitas da Região e dos Estados. As modificações na composição da Receita Total da Bahia seguem tendência semelhante à verificada para a Região e para o conjunto dos Estados isto é, as Receitas de Capital mostram-se elevando sua participação relativa.<sup>1/</sup>

### 2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

As Receitas Correntes, em termos reais, apresentaram um ritmo de crescimento ascendente, embora não regular, no sub-período 1968/70: em 1969 aumentaram 18% em relação a 1968 e em 1970 mostraram-se com um valor praticamente igual ao de 1968. No sub-período 1971/72, as estimativas das Receitas Correntes preveem-na crescendo a uma taxa da ordem de 22,7% a.a.

As Receitas de Capital apresentaram, em termos reais, uma tendência ascendente ao longo de todo o período, sendo que os dados de Balanço evidenciaram um ritmo de expansão bem mais acelerado do que os dados de Orçamento: taxas de crescimento da ordem de 41,5% a.a. e 5,0% ao a.a, respectivamente.

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6

O quadro abaixo mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Nº Índice - 1968 = 100

RECEITAS ANOS	CORRENTES	CAPITAL
1968	100	100
1969	118	123
1970	101	200
1971	127	169
1972	152	220

2.1.2. A Composição percentual da Receita segundo as Categorias Econômicas

A composição do total de Receitas, como mostra o gráfico a seguir<sup>2/</sup>, foi influenciado pela evolução constatada para as Receitas Correntes e de Capital.

No sub-período 1968/70, em decorrência do ritmo de expansão bem mais acentuado das Receitas de Capital em relação às Receitas Correntes, verificou-se um declínio substancial na participação

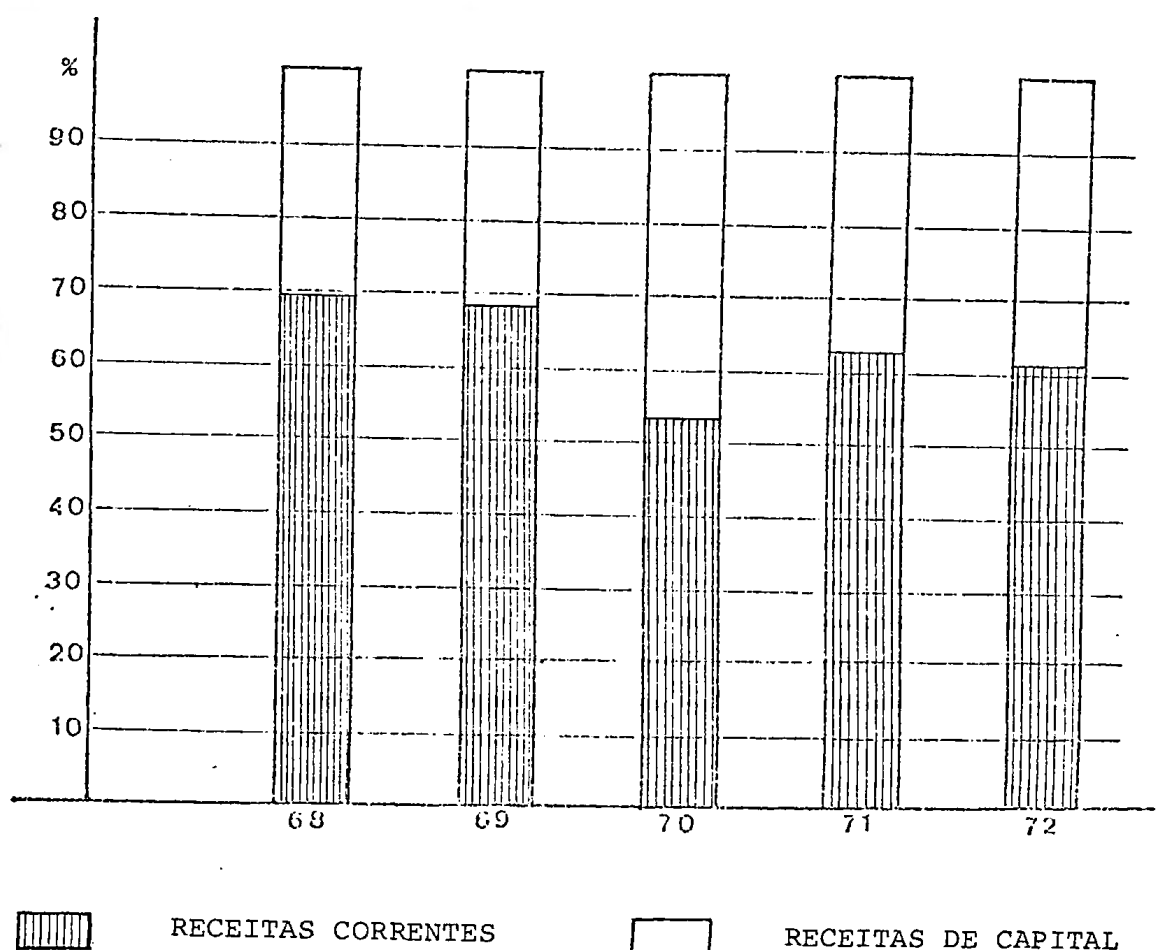
<sup>1/</sup> Tabela BA - 1.2 e 1.3

<sup>2/</sup> Tabela BA - 1.1



relativa das Receitas Correntes.

No sub-período 1971/72, como decorrência da previsão de inversão do ritmo de expansão entre as Receitas Correntes e de Capital, observa-se que as Receitas Correntes deverão aumentar sua participação relativa, embora não atingindo os níveis percentuais verificados nos dois anos iniciais do sub-período anterior.



## 2.2. Análise Segundo a Origem

O Gráfico VI, apresentado no Anexo I do Volume 14, nos

tra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a comparação das Receitas dos Estados da Região Nordeste, desdobradas em Próprias e Transferências.<sup>1/</sup>

Na Bahia, as Transferências tiveram participação percentual na Receita Total inferior à participação do total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados na Receita Total dos Estados e superior à participação do total de Transferências recebidas pela Região na Receita Total da Região.

### 2.2.1. Evolução em termos reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica, para o sub-período 1968/70, uma tendência crescente a uma taxa da ordem de 23,0% a.a.. Para o sub-período 1971/72, as estimativas das Receitas Próprias preveem-na crescendo a uma taxa da ordem de 17,0% a.a.. Os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968=100):	100	134	151	161	206
Acrêscimos Anuais :	-	+33,7	+12,9	+ 6,8	+28,1

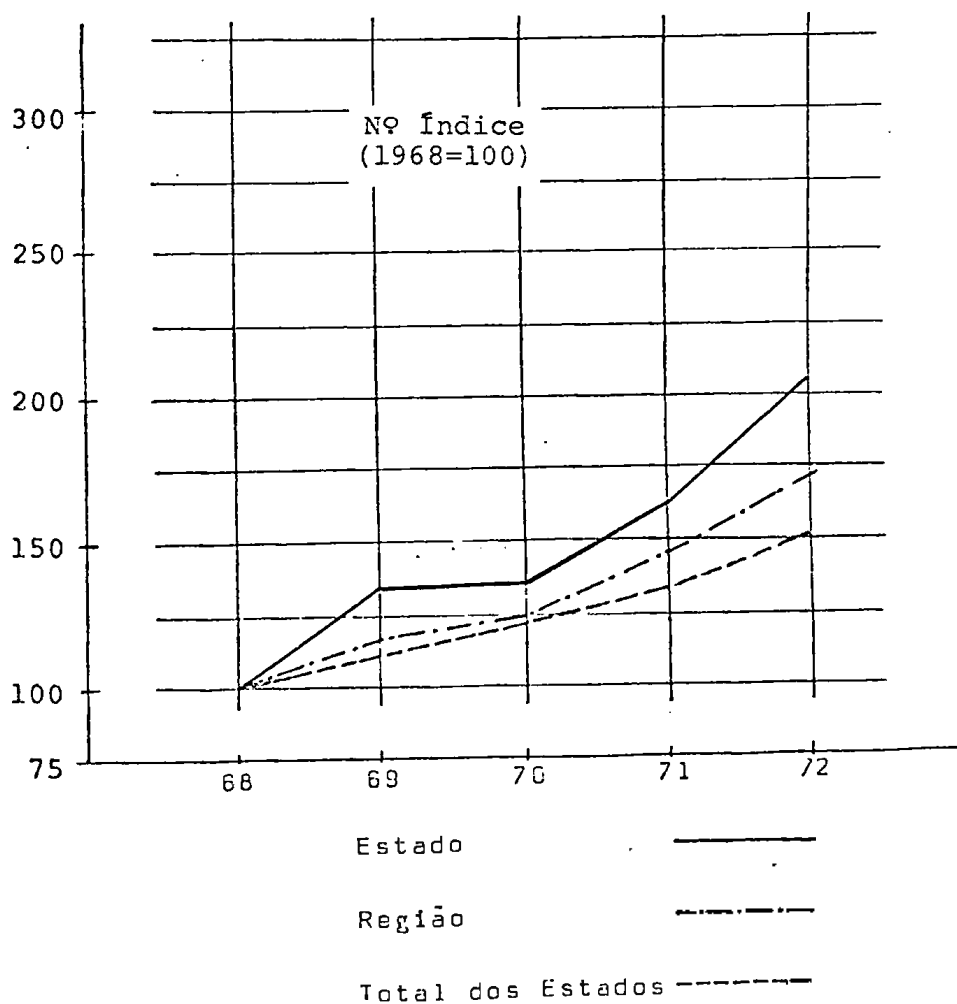
O comportamento observado para as Receitas Próprias no primeiro sub-período resultou, principalmente, do considerável incremento em valor absoluto das "Outras Receitas" (Cr\$ 86,3 milhões em 1968 para Cr\$ 161,5 milhões em 1970) e, também, da realização de Operações de Crédito em 1969 e 1970 (Cr\$ 2,4 milhões em 1969 e

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2

<sup>2/</sup> Tabela BA - 2.2 e BR - 2.1

Cr\$ 74,3 milhões em 1970) e do crescimento verificado para o ICM. Já no segundo sub-período a previsão de uma taxa de crescimento inferior do primeiro sub-período é devido às hipóteses mais modestas, com exceção do ICM, feitas para os itens mencionados.<sup>1/</sup>

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, das Receitas Próprias do Estado, da Região e do total de todos os Estados e Distrito Federal:<sup>2/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela BA - 2.2

<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.1

As Transferências, em termos reais, apresentaram-se com um leve declínio no sub-período 1968/70. No sub-período referente aos dados de Orçamento, as previsões implicam numa taxa de crescimento da ordem de 9,0% a.a.. Os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1958=100):	100	95	96	102	114
Acréscimos Anuais:	-	- 5,5	+ 1,9	+ 5,5	+12,1

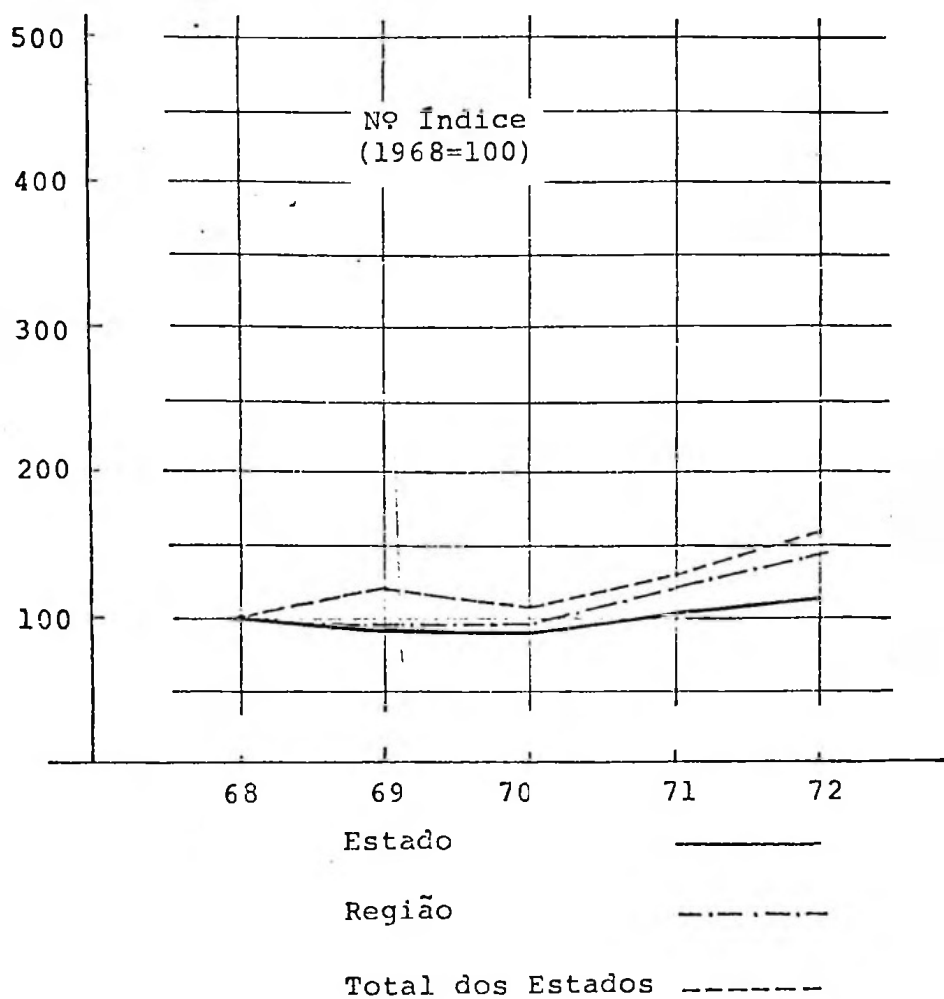
O comportamento observado, no primeiro sub-período, para o Total de Transferências deveu-se ao acentuado declínio das Transferências Correntes, já que as Transferências de Capital apresentaram-se crescentes. No segundo sub-período preve-se que ambos os itens sejam crescentes e, do mesmo modo, o Total de Transferências.

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal.<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BA - 2.2 e BR - 2.1

<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.1



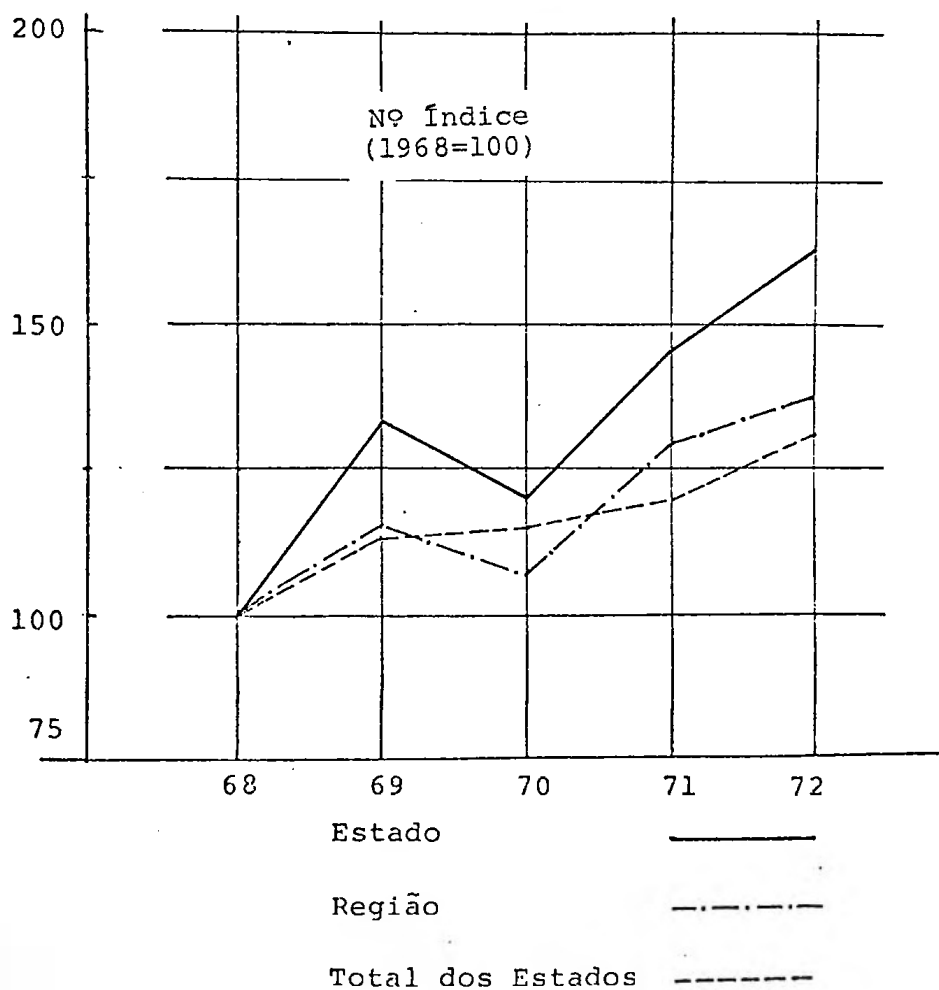
### 2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, cuja contribuição para o Total de Receitas nos anos de 1968 e 1969 foi de 50,8% e 56,9%, respectivamente, teve diminuída essa sua participação em 1970 (46,4%). As estimativas prevêem sua participação em 52,9% e 47,7%, respectivamente, em 1971 e 1972. Isoladamente é o item de maior peso no volume total de Receitas.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela PA - 2.1

Em termos reais, o ICM mostra uma tendência ascendente para os dois sub-períodos: taxa de crescimento da ordem de 9,5% a.a. para o sub-período 1968/70 e taxa de crescimento prevista da ordem de 16,0% a.a. para o sub-período 1971/72.<sup>1/</sup>

O gráfico seguinte mostra a evolução, em termos reais, do ICM arrecadado pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal.<sup>2/</sup>



O gráfico VII, apresentado no Anexo I do Volume 14, mos

<sup>1/</sup> Tabela BA - 2.1 e ER - 2.1.1

<sup>2/</sup> Idem

tra a proporção do ICM no total de Receitas para os Estados da Região Nordeste e para o conjunto dos Estados e Distrito Federal nos anos de 1968, 1970 e 1972.

Na Bahia, a participação relativa do ICM na composição da Receita Total é inferior à participação do total do ICM arrecadado pelos Estados da Região e pelo conjunto dos Estados nas respectivas Receitas Totais. As modificações na composição da Receita Total, segundo ICM e "Outras Receitas", seguem tendência semelhante tanto na Bahia como na Região e no conjunto dos Estados isto é, o ICM vem diminuindo sua participação percentual na Receita Total. 1/

### 2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

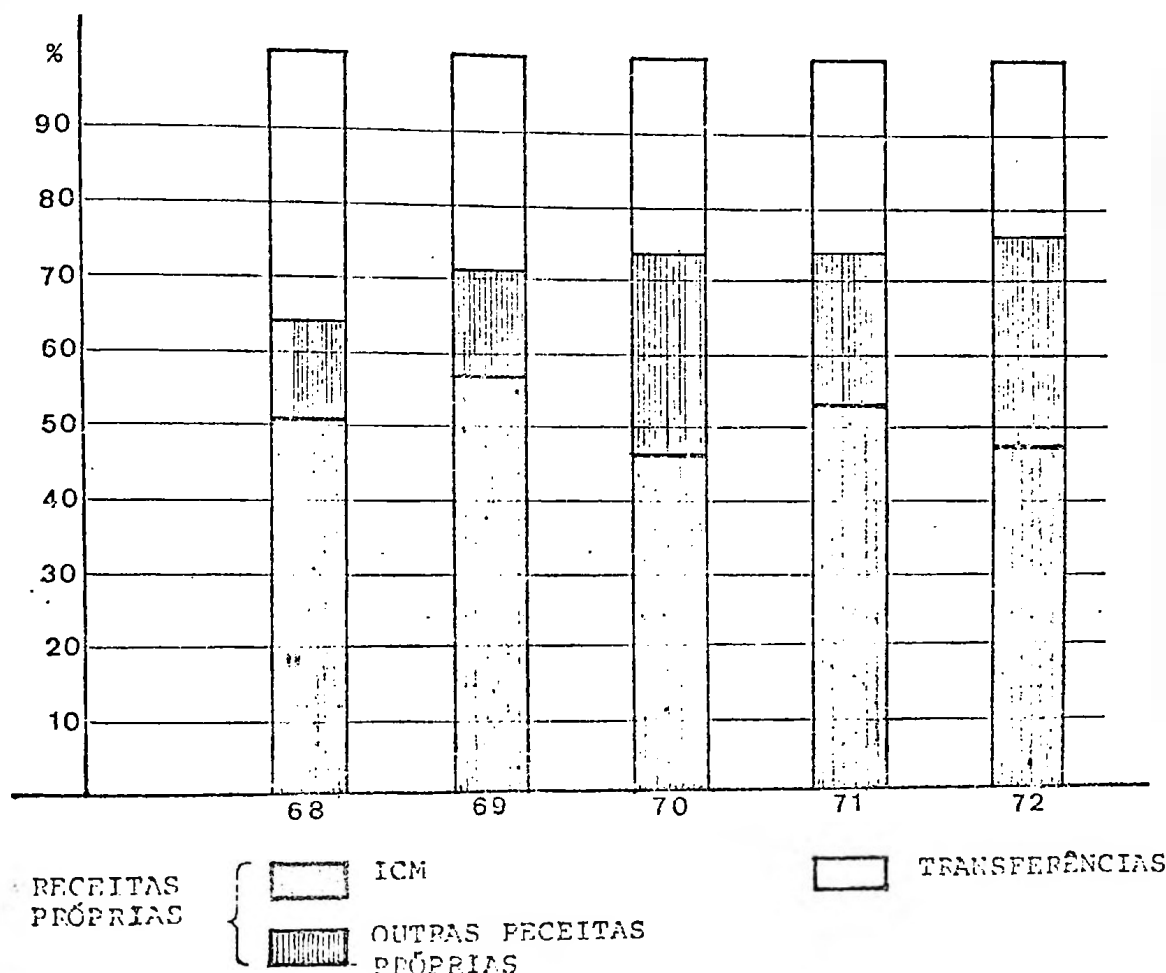
O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e pelas Transferências implica em que, tanto para o período de Balanço como para o período de Orçamento, as Receitas Próprias venham aumentando gradativamente sua participação relativa no Total de Receitas. 2/

---

1/ Tabela BR - 2.1.1

2/ Tabela BA - 2.1 -

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual: <sup>3/</sup>



#### 2.2.4. As Transferências e sua posição relativa no Total das Receitas

As Transferências, para os dados de Balanço, apresentaram uma participação relativa decrescente no Total das Receitas, pas-

<sup>3/</sup> Apesar das Operações de Crédito não estarem destacadas no gráfico, a magnitude de sua participação a partir de 1970 já foi de alguma significação. Seus coeficientes percentuais em relação ao Total de Receita são os seguintes: 1969 - 0,3%; 1970 - 2,5%; 1971 - 6,9% e 1972 - 7,8% (não houve Operações de Crédito em 1968).



sando de 36,2% em 1968 para 26,6% em 1970. Para os dados de Orçamento, as previsões indicam que esta participação continuará decrescente (26,3% em 1971 e 23,8% em 1972).

Em conjunto, os Fundos<sup>1/</sup> mostram um comportamento semelhante aos das Transferências isto é, apresentam-se decrescentes no período 1968/72 (de 20,8% para 11,2%). Ressalte-se que o declínio de sua participação relativa é devido basicamente, ao comportamento também declinante do Fundo de Participação dos Estados (de 20,8% em 1968 para 8,0% em 1972), uma vez que o Fundo Especial, apesar de criado em 1969, só destacou recursos para o Estado em 1970, vem mantendo uma participação relativa média praticamente constante, em torno de 3,2%.

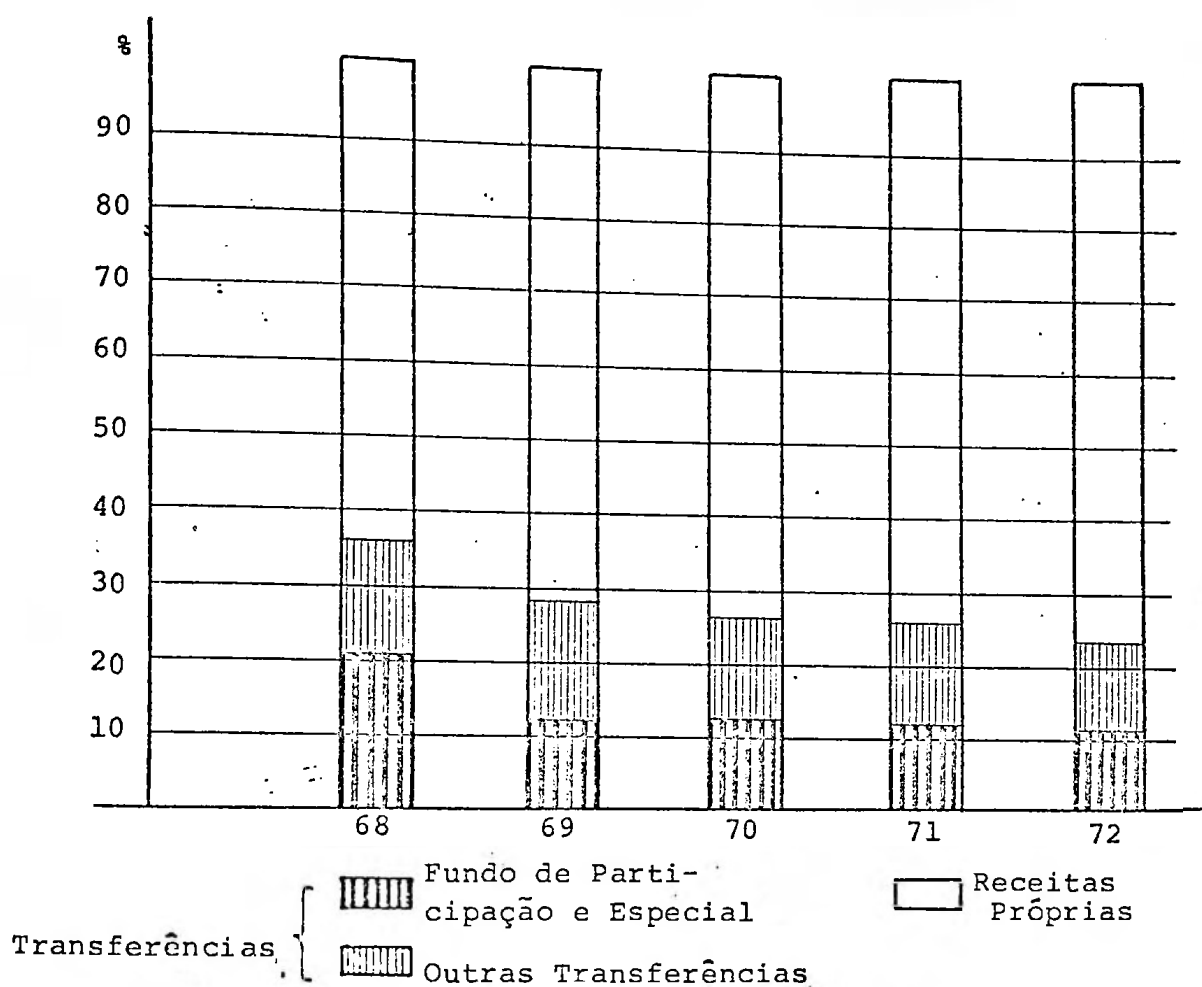
As "Outras Transferências" mantêm, tanto para os Dados de Balanço como para os de Orçamento, uma participação relativa média em torno de 14,5% e apresentando no decorrer do período pequenos desvios em relação a essa média.

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico seguinte:<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial

<sup>2/</sup> Tabela BA - 2.3



Os gráficos VIII e IX, apresentados no Anexo I do Volume 14, mostram, para os anos 1968, 1970 e 1972, a comparação das Transferências e dos Fundos de Participação recebidos pelos Estados da Região Nordeste relativos ao total de Transferências e Fundos de Participação recebidos por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal. <sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas BR - 2.5 e 2.5.1

O gráfico VIII mostra o Estado, do mesmo modo que a Região Nordeste, com uma participação relativa decrescente no Total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados.

Quanto ao gráfico IX (Distribuição espacial dos Fundos), observa-se que a Bahia, ao contrário do verificado para a Região Nordeste, tem uma participação relativa ligeiramente decrescente no Total de Fundos de Participação recebidos pelo conjunto dos Estados.

Resalte-se que a Bahia é o Estado da Região que apresenta maior participação percentual na distribuição das Transferências e dos Fundos.

O quadro abaixo apresenta a participação percentual da Bahia no Total de Transferências e Fundos de Participação recebidos pelo conjunto dos Estados da Federação:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências:	10,2	8,1	9,2	8,0	7,3
Fundos:	11,5	9,6	10,7	10,7	10,4

<sup>1/</sup> Tabelas BR-2.5 e 2.5.1

### 2.2.5. Receitas em termos "Per-capita"

#### Receitas Próprias "Per-Capita"

Na Bahia, as Receitas Próprias "per-capita", em termos reais, conforme o gráfico X apresentado no Anexo I do Volume 14, mostram-se superiores às "Receitas - Próprias "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e substancialmente inferiores às calculadas para o conjunto dos Estados. Como tendência, observa-se que as Receitas Próprias "per-capita" calculadas aos três níveis apresentam-se acentuadamente crescentes no período 1968/72.

Em 1968, as Receitas Próprias "per-capita" eram de Cr\$ 58,61/hab., representando, respectivamente, 110% e 28% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 110,24 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 132% e 39% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados.

Dessa forma, verifica-se que o Estado vem melhorando sua posição em relação à Região e em relação ao conjunto dos Estados.<sup>1/</sup>

#### Transferências "Per-Capita"

Na Bahia, as Transferências "per-capita", em termos reais, conforme o gráfico XI apresentado no Anexo I do Volume 14, mostraram-se superiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e para o conjunto dos Estados (com exceção de 1972). Como tendência, observa-se que as Transferências "per-capita" calculadas para a Região e para o Estado apresentam-se decrescentes no pe

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.3 e BA - 2.4

riodo referente aos dados de Balanço e crescentes no período referente aos dados de Orçamento; para o conjunto dos Estados, estas apresentam-se crescentes no período 1968/72.

Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de Cr\$ 33,19/hab, representando, respectivamente, 128% e 125% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Em 1972, seu valor está estimado em Cr\$ 34,47/hab. e representa, respectivamente, 104% e 92% do seu correspondente para a Região e para o conjunto dos Estados.

Dessa forma, verifica-se que o Estado vem diminuindo sua posição em relação à Região e ao conjunto dos Estados, sendo que a queda de posição é mais acentuada em relação ao conjunto dos Estados. 1/

#### 2.2.6. Conclusões

A diminuição do grau de dependência da Receita do Estado aos recursos de Transferência, verificada no sub-período 1968/70, foi o resultado do crescimento para as Receitas Próprias (taxa de 23% a.a.) e do decréscimo para as Transferências.

A estimativa de diminuição do grau de dependência no sub-período 1971/72 decorre da:

a) estimativa de crescimento para as Receitas Próprias a uma taxa da ordem de 17,0% a.a., baseada no crescimento do ICM (taxa de 16,0% a.a.), na realização de significativas Operações de Crédito (Cr\$ 63,8 milhões em 1971 e Cr\$ 90,0 milhões em 1972) e no crescimento das "Outras Receitas Próprias" (em especial sua elevada estimativa para 1972).

b) estimativa de crescimento para as Transferências a uma taxa da ordem de 9,0% a.a. baseada no crescimento do Total dos Fundos (taxa da ordem de 8,0% a.a.) e das "Outras Transferências (taxa da ordem de 12,5% a.a.).

1/ Tabela BR-2.3 e BA-2.4

Dessa forma, a estimativa de diminuição do grau de dependência está sujeita a que as expectativas de comportamento para os itens acima se verifiquem.

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

- a) as categorias econômicas;
- b) as funções.

#### 3.1. Análise segundo as Categorias Econômicas

O gráfico MII, apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a composição percentual das Despesas dos Estados da Região Nordeste segundo as categorias econômicas.

Na Bahia, a participação relativa das Despesas Correntes na composição da Despesa Total é inferior à participação do somatório das Despesas Correntes da Região e do conjunto dos Estados na Despesa Total para a Região e para os Estados. As modificações na composição da Despesa Total aos três níveis mostram as Despesas de Capital aumentando sua participação relativa. 1/

##### 3.1.1. Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

A evolução das Despesas Correntes, em termos reais, apresenta para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) em ligeiro crescimento no início do sub-período e um declínio posterior, situando-se em 1970 em apenas 5% mais elevadas em relação ao valor de 1968. No sub-período 1971/72 (dados de Orçamento), as estimativas para seus valores implicam em uma taxa de crescimento da ordem de 12,5% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes, no primeiro sub-período, resultou do crescimento, também irregular, observado para as Despesas com Pessoal (taxa da ordem de 4,4% a.a.) e da

---

1/ Tabela BR-3.3

evolução irregular das "Outras Despesas Correntes" (sobem 9% em 1969 e decrescem 4% em 1970). A estimativa de comportamento para o segundo sub-período decorre, basicamente, da previsão de crescimento para as "Outras Despesas Correntes", já que as Despesas com Pessoal, após declinarem em 1971, apresenta-se em 1972 com um valor pouco superior ao de 1970.

A evolução das Despesas de Capital, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 uma tendência crescente a uma taxa da ordem de 16,0% a.a. Para o sub-período 1971/72, as estimativas das Receitas Próprias preveem-na crescendo a uma taxa da ordem de 9,0% a.a.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital: 1/

Nº Índice - 1968 = 100

ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	112	117
1970	105	135
1971	113	122
1972	133	161

O gráfico XIII, apresentado no Anexo I do Volume 14, nos mostra para os anos 1968, 1970 e 1972 a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.

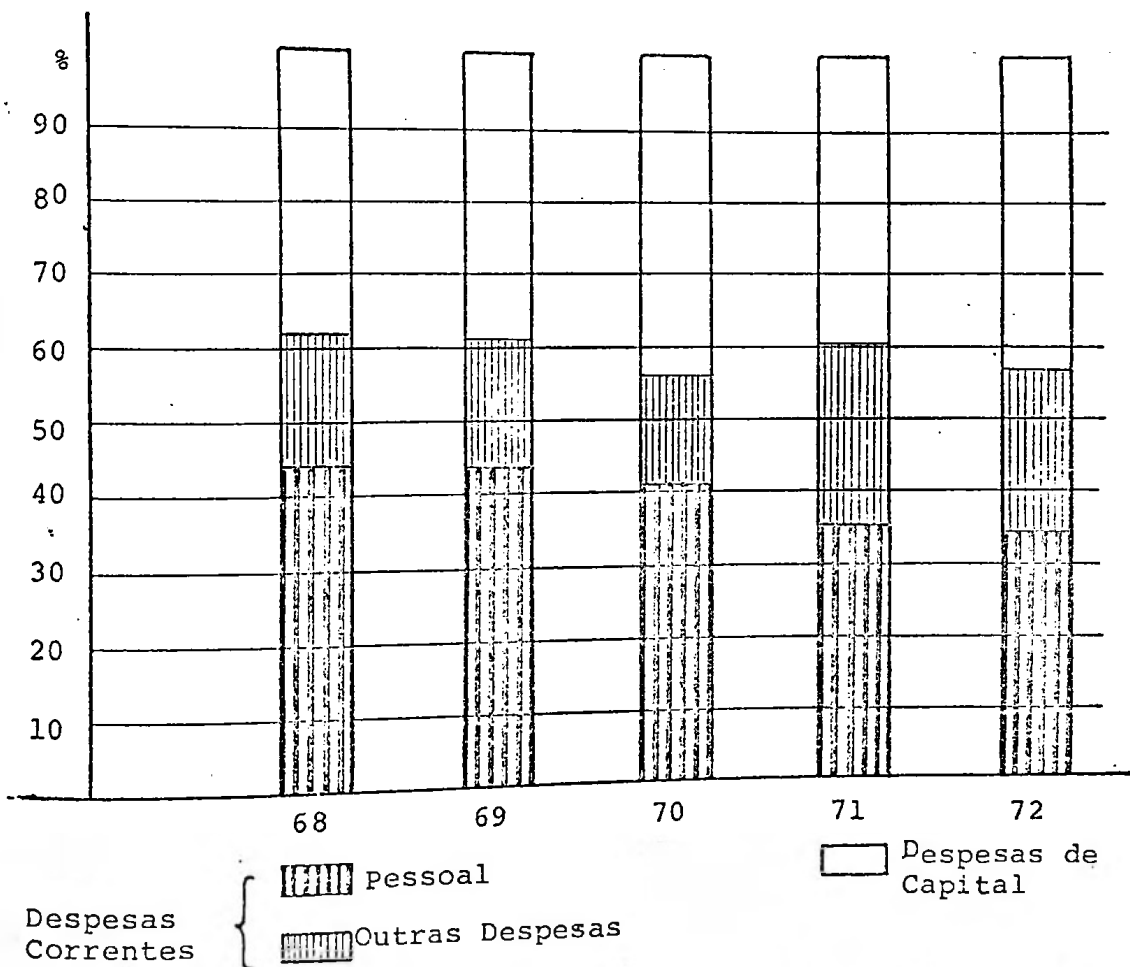
Na Bahia, as Despesas com Pessoal, da mesma forma que os gastos com pessoal da Região, têm uma participação percentual na

1/ Tabelas BA-3.2 e BR-3.1

Despesa Total decrescente.<sup>1/</sup>

### 3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de evolução entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou, como evidencia o gráfico abaixo, uma mudança na composição do Total de Despesas, observando-se, como tendência no período, um ligeiro declínio da participação percentual das Despesas Correntes.<sup>2/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.4

<sup>2/</sup> Tabela BA - 3.1



### 3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em termos "Per-capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita, em termos reais, mostram uma expansão irregular no sub-período 1968/70, tendo um crescimento maior em 1969, para em 1970 serem pouco mais elevadas em relação a 1968 (seus valores para 1968 e 1970 são, respectivamente, 48,35 Cr\$/hab. e 50,19 Cr\$/hab. Para os dados de previsão esses valores estão estimados em 42,42 Cr\$/hab em 1971 e 50,13 Cr\$/hab em 1972. Em termos relativos, as Despesas com Pessoal "per-capita" do Estado representam percentualmente da média dos valores calculados no período para a Região Nordeste (em torno de 36,21 Cr\$/hab) 134% em 1968, 139% em 1970 e 138% em 1972, o que indica que a máquina administrativa Estadual custa mais por habitante que a média regional.<sup>1/</sup>

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, mostraram-se em expansão no sub-período 1968/70, passando de 41,98 Cr\$/hab em 1968 para 53,96 Cr\$/hab em 1970. Para os dados de previsão, esses valores estão estimados em 48,72 Cr\$/hab e 63,21 Cr\$/hab, respectivamente, para 1971 e 1972. As Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste são 27,55 Cr\$/hab. em 1968, 32,27 Cr\$/hab em 1970 e 42,90 Cr\$/hab em 1972 e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 152%, 167% e 147% dos valores regionais. Dessa forma, o Governo Estadual depende em formação de Capital cifras por habitantes bastante superiores às da Região.<sup>1/</sup>

### 3.2. Despesas por Funções

Os Setores Governo - Administração Geral e Financeira, Educação e Cultura e Viação, Transporte e Comunicações, respondem no conjunto por mais de 60,0% do Total de Despesa no Período 1968/72.

<sup>1/</sup> Tabelas BA - 3.4 e BR - 3.2

O quadro a seguir apresenta a participação relativa no Total de Despesas desses setores e sua posição individual.<sup>1/</sup>

ANOS	Em % do Total de Despesa			TOTAL
	GOV. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	EDUCAÇÃO E CULTURA	VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	
1968	24,3	20,8	18,0	63,1
1969	21,4	19,9	20,3	61,6
1970	21,3	18,4	27,8	67,5
1971	28,1	17,7	22,4	68,2
1972	29,2	17,2	19,8	66,2

Ressalte-se que os percentuais referentes aos três últimos anos da série são os mais elevados. Esta elevação decorre exclusivamente do crescimento previsto nas funções administrativas e financeiras, pois as demais apresentaram estimativas mais modestas à exceção dos resultados apontados para o item Viação, Transporte e Comunicação em 1970.

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1. Equilíbrio Orçamentário

##### 4.1.1. Saldo Orçamentário<sup>2/</sup>

O Saldo em Conta Corrente apresentou resultados sempre negativos para os dados de Balanço e previsões positivas para os dados de Orçamento. O Saldo em Conta de Capital apresentou-se negativo tanto para os dados de Balanço como para os dados de Orçamento. O comportamento observado no primeiro sub-período significa que o Estado necessitou recorrer aos recursos de Capital para cobrir Despesas Correntes. Contudo o pequeno volume das Receitas de Capital não foi suficiente para cobrir os passivos das duas contas, ocorrendo então acentuado Deficit Orçamentário.

<sup>1/</sup> Tabela BA - 3.3

<sup>2/</sup> Saldo Financeiro = Receitas - Despesas (Tabela BA - 4.1)

No sub-período 1971/72, por se tratar de previsão orçamentária, há equilíbrio entre Receitas e Despesa.

#### 4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo<sup>1/</sup>

As Operações de Crédito, em termos reais, inexistentes em 1968 e com pequeno valor em 1969 (Cr\$ 2,4 milhões), crescem substancialmente em 1970 (Cr\$ 74,3 milhões). Nos Orçamentos de 1971 e 1972 prevê-se a realização de Operações de Crédito bastante elevadas (Cr\$ 63,8 milhões em 1971 e Cr\$ 90,0 milhões em 1972).

Desse modo, a realização e previsão das Operações de Crédito atuaram sobre o Saldo Orçamentário, resultando no aparecimento de Déficit Orçamentário Efetivo em todo o período 1968/72.

O quadro abaixo apresenta (em percentagem), para o período 1968/72, o Saldo Orçamentário Efetivo da Bahia medido em relação a sua Receita Total e, para os anos 1968, 1970 e 1972, o Saldo Orçamentário Efetivo calculado para a Região Nordeste medido em relação à Receita Total do Nordeste:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (BA)	-20,4	-14,7	-15,1	-6,9	-7,8
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (NE)	-10,9	-	-12,0	-	-11,6

Pode-se concluir que o Estado da Bahia mostra uma tendência a diminuir o desequilíbrio Orçamentário Efetivo medido em relação à Receita Total; esse desequilíbrio, que no início do período era mais grave que o apresentado pela Região, se confirmadas as expectativas de crescimento da Receita, deverá ser mais favorável ao final do período.

<sup>1/</sup> Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela BA - 4.1).

<sup>2/</sup> Tabelas BA - 4.2 e BR - 4.1.

O gráfico XIV apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra, para os Estados da Região Nordeste, o Saldo Orçamentário Efetivo como proporção da Receita Total, observando-se que na Bahia essa proporção diminui acentuadamente.

#### 4.2. Financiamento das Despesas de Capital

O Saldo em Conta Corrente (SCC) medido como percentagem da Receita Total é mostrado no quadro abaixo:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
SCC/Receita (%):	-5,3	-1,2	-6,4	+2,7	+3,8

Observa-se que o Governo poderá utilizar Poupança Corrente no financiamento de Despesas de Capital somente no sub-período de previsão e que essa Poupança medida em relação à Receita Total não será muito significativa.

O gráfico XV apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra o Saldo em Conta Corrente em relação a Receita Total para todos os Estados da Região Nordeste.<sup>2/</sup>

As Poupanças Correntes do Governo, no sub-período 1968/70, tiveram influência negativa sobre a capacidade do Governo em realizar Despesas de Capital pois recursos financeiros tiveram que ser desviados para cobrir o deficit das Despesas Correntes.

No sub-período 1971/72, as previsões indicam que a sua participação no financiamento das Despesas de Capital (SCC/DK) será em média de 7,8%.<sup>3/</sup>

As Receitas de Capital Efetivas<sup>4/</sup>, como mostram os dados seguintes, tiveram uma participação significativa no financiamento das

<sup>1/</sup> Tabela BA - 4.2

<sup>2/</sup> Tabela BR - 4.2

<sup>3/</sup> Tabela BA - 4.3

<sup>4/</sup> Receitas de Capital Efetivas = Receitas de Capital - Operações de Crédito (Tabela BA - 4.3).

Despesas de Capital no sub-período 1968/70. Os valores de previsão indicam que a sua participação continuará sendo significativa no sub-período 1971/72:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(RK-OC)/DK (%) -	67,1	69,9	81,4	76,0	72,9

Dentro das Receitas de Capital efetivas são as Transferências de Capital que participam com maior parcela no financiamento dos gastos de capital: em média 54% no sub-período 1968/70 e 50% no sub-período 1971/72.

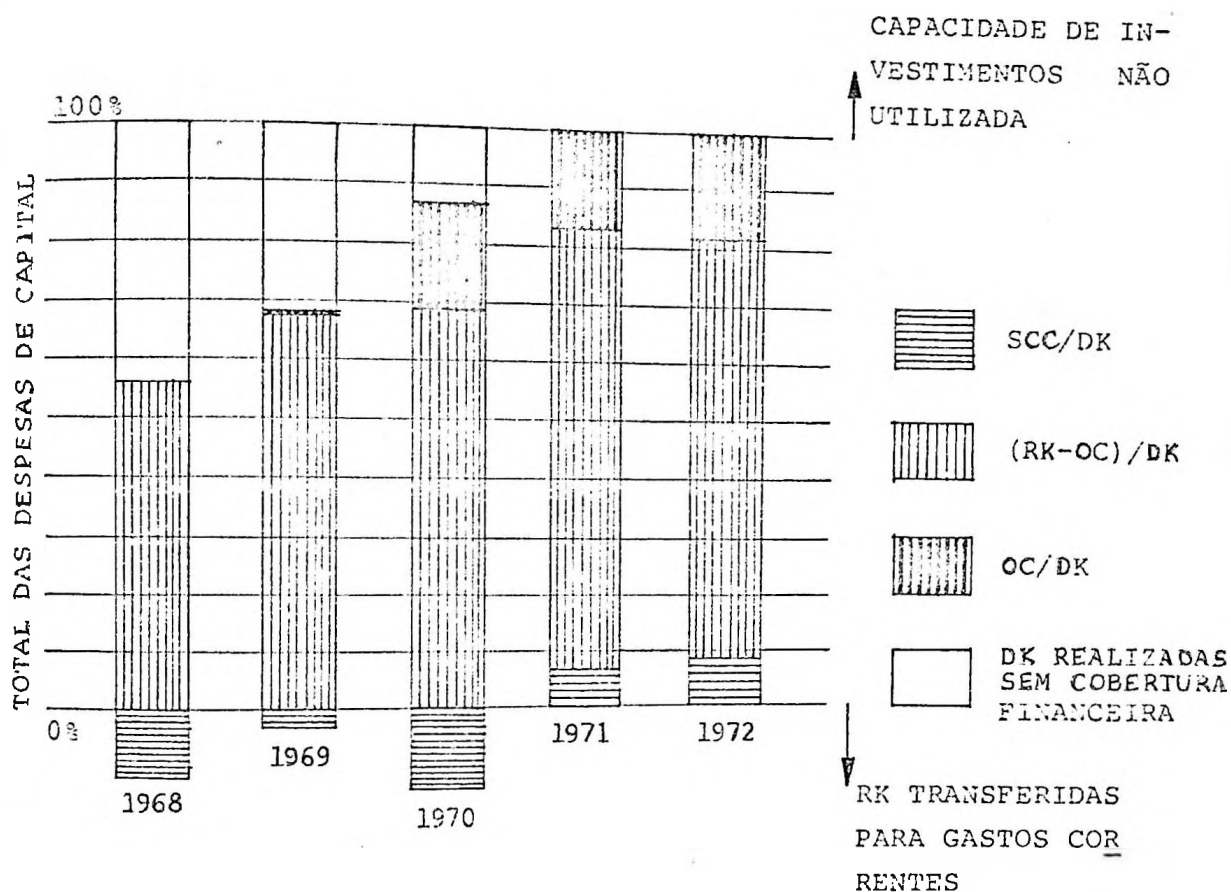
O percentual de Despesas de Capital cobertas por Operações de Crédito (OC/DK), no sub-período referente aos dados de Balanço, foi significativo apenas em 1970 (18,2%). Para o sub-período referente aos dados de Orçamento o percentual médio estimado é da ordem de 18,0%.

Quanto a utilização dos recursos financeiros disponíveis em gastos de Capital, observa-se que, no sub-período 1968/70, o Estado dispendeu e efetivou Despesas de Capital além do que permitiam os recursos disponíveis, pois respectivamente 44,5, 32,2 e 14,0% destas despesas foram realizadas sem a necessária cobertura financeira, originando-se assim o Déficit Orçamentário visto anteriormente. No sub-período 1971/72, por se tratar de dados Orçamentários, prevê-se que as Despesas de Capital sejam realizadas exatamente de acordo com a disponibilidade de recursos.<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BA - 4.3

O gráfico a seguir mostra a composição do financiamento das Despesas de Capital. 1/



## 5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

### 5.1. Composição da Dívida

Não se dispõe de informações acerca da existência ou não da Dívida Fundada Externa.

1/ Tabela BA-4.3

A composição da Dívida Interna em Fundada e Flutuante é mostrada no quadro abaixo: 1/

Em Cr\$ milhões de 1972 e  
em Percentagem da Dívida Interna

ANOS	DÍVIDA INTERNA	FUNDADA		FLUTUANTE	
		Cr\$	%	Cr\$	%
1968		16,3	5,0	310,8	95,0
1969		13,2	3,3	382,0	96,7
1970		10,6	2,7	383,2	97,3

Ressalte-se os valores bastante significativos para a Dívida Flutuante.

#### 5.2. Relação entre a Dívida e a Receita

Um bom indicador do processo de endividamento estadual, conforme se apresenta no quadro abaixo, consiste na relação entre a Dívida e as Receitas: 2/

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total (%):	49,2	49,7	45,1
Dívida/Receita Própria (%):	77,0	69,6	61,4

Observa-se que, na Bahia, a Dívida medida em relação às Receitas apresentou percentuais bastante elevados.

O gráfico XVI, apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra para os anos 1968, 1969 e 1970 a relação entre a Dívida e

1/ Tabela BA - 5.1

2/ Tabela BA - 5.2

a Receita Total para os Estados do Nordeste e para a Região. 1/ A Bahia é o Estado da Região de percentual mais elevado.

### 5.3. Serviço da Dívida 2/

As Amortizações, em termos reais, apresentam-se com valores pouco significativos entre 1968/71, destacando-se apenas seu valor em 1972 (Cr\$ 16,7 milhões) 3/

Os juros, do mesmo modo que as Amortizações, apresentam-se, em termos reais, com um valor pouco mais significativo somente previsões de 1972 (Cr\$ 16,2 milhões). 4/

Dêsse modo, o Serviço da Dívida se apresenta conforme os valores mostrados no quadro abaixo. 4/

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida - (Cr\$ milhões de 1972):	4,9	9,6	6,1	9,3	32,9

O Serviço da Dívida, medido em relação à Receita Total e às Receitas Próprias, apresenta os seguintes percentuais: 4/

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/ Receita Total	0,7	1,2	0,7	1,0	2,9
Serviço da Dívida/ Receitas Próprias	1,2	1,7	1,0	1,4	3,8

Os pequenos valores percentuais observados indicam que não há um comprometimento substancial de recursos como decorrência do endividamento do Estado.

1/ Tabela BR - 5.1

2/ Serviço da Dívida = Amortizações + Juros

3/ Tabela BA - 5.3

4/ Tabela BA - 5.5



D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ESTADO DA BAHIA

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado da Bahia - planejamento na Bahia". Brasília, 15 a 17/12/1971. 27 f.
2. Proposta orçamentária para o exercício de 1972 - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, agosto de 1971. 155 p.
3. Orçamentação pública, 1972 - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, dezembro de 1971. 250 p.
4. Relatórios e balanços gerais do Estado da Bahia, exercício de 1970 - Secretaria da Fazenda, Contadoria Geral. Maio.
5. Orçamentação pública do Estado, exercício de 1971. Lei nº 2.856, de 19/11/70 e Decreto nº 22.207 de 29/12/1970. 400 p.
6. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

## O PLANEJAMENTO ESTADUAL NA BAHIA

### A.1 - ANTECEDENTES

1.1 - O planejamento é uma atividade pioneira no Estado da Bahia, não obstante ter passado por períodos de relativa ou total estagnação, devido a diversos problemas de natureza política e técnico-institucional.

Administrativamente, não existia uma estrutura capaz de implantar a atividade planejamento como norma de trabalho, senão a nível de alguns setores, mas nunca de maneira integrada, como um organismo funcionando como núcleo de todo o sistema. Assim, as atividades de planejamento, por longo período, se resumiram às próprias atividades de orçamentação, estas porém sem a pretensão de serem um programa financeiro consistente, pelo hiato que se vinha mantendo com a falta de definição global de política econômica, traduzida em programas e metas, à luz da realidade e necessidades da economia do Estado.

A reforma administrativa do Estado, no ano de 1966, foi o primeiro passo para uma redefinição precisa do sistema de planejamento estadual, o que só veio a se institucionalizar, em termos legais, através da Lei nº 2.925, de 3 de maio de 1971, que criou a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Pela primeira vez na Bahia o órgão de planejamento passa a ter o "status" de Secretaria, o que facilita seu maior relacionamento com as cúpulas decisórias e com as demais Secretarias de Estado que, por sua vez, passam a integrar o sistema através dos seus núcleos setoriais de programação.

1.2 a 1.4 - Tecendo considerações unicamente sobre o sistema de planejamento estadual, os vários documentos apresentados pelo Estado da Bahia, não fazem referências sobre os planos anteriores e razões de sua não implementação.

1.5 - A experiência anterior mostra uma atividade de planejamento praticada de maneira assistemática e sem continuidade, e com os serviços de planejamento, quase sempre ao encargo de empresas privadas, no que resultou em um processo de marginalização e de ineficiência das equipes técnicas (engajadas no processo de planejamento), que não tinham condições de fiscalizar e controlar os trabalhos executados por empresas privadas. Então, uma das diretrizes adotadas no atual sistema, foi o de fortalecer a equipe de Governo, permitindo que o próprio Governo elaborasse alguns de seus planos, como também

dando-lhe condições de determinar o que deve ser feito pelas empresas privadas, e examinar se o que está sendo feito obedece às diretrizes traçadas pelo Poder Público.

## A.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 - O órgão central do sistema de planejamento, é a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC - criada com a finalidade de executar as funções de planejamento, programação, orçamento, coordenação, organização, estatística e ciência e tecnologia, no âmbito estadual.

Há ainda as assessorias setoriais de programação e orçamento-ASPO's, pertencentes aos demais órgãos da Administração centralizada e descentralizada.

2.2 - A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, foi criada pela Lei nº 2.925, de 3 de maio de 1971.

O Decreto nº 22.415, de 7 de junho de 1971, aprova o Regimento dos órgãos do sistema de planejamento e determina o grau e a forma de relacionamento entre o órgão central (a Secretaria) e os órgãos setoriais de planejamento (ASPO's).

2.3 - Quanto à natureza dos órgãos, tem-se:

- a "SEPLANTEC" - órgão da Administração direta

2.4 - A estrutura do sistema é apresentada no organograma a seguir:

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SEPLANTEC

E/I-3

CENTRO  
ADMINISTRATIVO

Gabinete  
do Secretário

Serviço de  
Admin. Ge  
ral - SAG

Assessorias Setoriais de Pro  
gramação e Orçamento  
A S P O

COORD. DE  
PROG. REGI  
ON. E SETOR

COORD. DE ORGA  
NIZAÇÃO E OR  
ÇAMENTO PRO  
GRAMA

COORD. DA CI-  
ENCIA E TEC-  
NOLOGIA

DEPARTAMENTO  
EST. DE ESTA  
TIS. (D.E.E.)

FUNDAÇÃO  
DE PLANEJA  
MEN. (CPE)

FUND. PARA  
O DESENV.  
DA CIÊNCIA  
NA BAHIA

CENTRO DE  
PESO. E DES  
DA BAHIA

INST. DE  
URB. ADMIN  
MUNIC.  
(TURAMA)

CONS. DE  
RESER. DO  
RECONCAVO  
(CONDER)

CENTRO DE  
INFORMATI  
CA DA BAHIA

2.5 - As atividades de Programação são desempenhadas, a nível da Secretaria do Planejamento, pela Coordenação de Programas Regionais e Setoriais (CPRS) que se articula com os demais órgãos internos de Planejamento e os externos - as Assessorias Setoriais de Programação e Orçamento (ASPO's) - que são, por sua vez, subordinados tecnicamente ao órgão central. A CPRS é um órgão de administração centralizada da Secretaria e tem caráter normativo, coordenativo e de acompanhamento. Constitui-se, portanto, no seu núcleo programador e se inter-relaciona com todos os demais órgãos da Secretaria sob o ponto de vista da orientação e acompanhamento dos seus programas de trabalho. Mais importante ainda, a CPRS é o órgão da Secretaria que, no processo de planejamento, mantém estreita vinculação com todas as Secretarias e demais órgãos, no sentido de traçar as orientações gerais para os programas do Governo, compatibilizando suas ações.

A Fundação de Planejamento - CPE, na área da programação, exerce por sua vez as subfunções de estudos e pesquisas, projetamento e documentação. É órgão de administração descentralizada responsável por todos os estudos solicitados para efeito da formulação e revisão dos programas do Governo, dentro da orientação programática da Secretaria.

O Departamento Estadual de Estatística - DEE, é órgão em regime especial de programação. Antes ligado diretamente ao Governador, passou a integrar a estrutura da Secretaria do Planejamento, com a sua criação. Sua função básica é a de alimentar todo o Sistema de informações estatísticas necessárias ao desempenho das tarefas de estudos e programação.

O Instituto de Urbanismo e Administração Municipal - IURAM, já existente antes da criação da Secretaria do Planejamento, passou a integrar também sua estrutura pela pertinência de suas funções básicas. Está a seu cargo prestar assistência aos municípios baianos nos campos administrativo, técnico-contábil, além das tarefas de planejamento municipal, todas elas desenvolvidas em articulação com os órgãos normativos e de estudos da Secretaria do Planejamento. O IURAM é órgão da administração descentralizada e seu trabalho é bastante relevante dentro de certa diretriz básica da programação do Governo: a do desenvolvimento microrregional.

O Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - CONDER, é um órgão especial na estrutura da Secretaria do Planejamento. Tem a seu cargo a promoção de estudos e projetos com vistas ao desenvolvimento do Recôncavo. A existência de um órgão especialmente criado para cuidar dos interesses do desenvolvimento de uma área do Estado, justifica-se exatamente pela importância que esta área representa na economia baiana e pelo caráter da complexidade de sua estrutura sócio-econômica.



As atividades de Orçamento e Organização são da competência da Coordenação de Organização e Orçamento-Programa (COOP). Esta Coordenação trabalha em estreita ligação com a CPRS, esta no campo real e aquela no campo financeiro dos programas, a fim de que os Orçamentos e os Planos Trimestrais de Aplicações (PIA's) dos diversos órgãos administrativos reflitam os interesses da política econômica, ajustadas à disponibilidade de recursos do Estado.

No âmbito externo da Secretaria, a COOP se articula com as Assessorias Setoriais de Programação e Orçamento de todas as Secretarias e Órgãos diretamente ligados ao Governador, em termos de elaboração e análises dos instrumentos financeiros e com a Secretaria da Fazenda em termos de estimativa da Receita e desembolso de recursos.

Na estrutura da Secretaria do Planejamento existe também a Coordenação de Ciência e Tecnologia, que tem como finalidade planejar, coordenar e executar as atividades científicas e tecnológicas do Estado. Sua atuação se faz através dos órgãos a ela vinculados tais como: o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia - CEPED-, o Centro de Informática e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia.

Finalmente, há ainda na estrutura da Secretaria, comissão especial presidida pelo Secretário do Planejamento com o objetivo de coordenar a transferência do conjunto de órgãos e entidades do Governo para uma nova área afastada do atual centro urbano.

As funções dessa comissão fazem parte de um elenco de medidas e providências para uma maior racionalização do desenvolvimento urbano de Salvador.

### A.3 - QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO

I - Como o Plano do Estado se encontra em fase final de elaboração algumas idéias podem ser tiradas do documento - PLANEJAMENTO NA BAHIA - apresentado no Encontro de Secretários de Planejamento, realizado em Brasília.

Esse documento, além de parte de antecedentes e a estrutura e organização do sistema de planejamento, contém um capítulo referente à atuação da Secretaria de Planejamento, em que são abordados:

- 1 - O esforço de Planejamento
  - 1.1 - A Política de Desenvolvimento Estadual - Diretrizes Básicas do Programa de Governo
    - 1.1.1 - A Ação Setorial e Espacial - O Caso do Desenvolvimento Microrregional

Microrregional] 1.1.2 - A Ação Municipal como Suporte ao Desenvolvimento

1.2 - Desempenho da Secretaria no Campo do Planejamento

2 - Orçamento

2.1 - Descrição da Sistemática Orçamentária

2.1.1 - Níveis de Orçamentação

2.1.2 - Elaboração Orçamentária

2.1.3 - Execução Orçamentária

3 - Estatística e Documentação

4 - Ciência e Tecnologia.

A seguir, apresenta-se um resumo do item 1 que fornece uma visão do esforço atualmente desenvolvido no Estado, em termos de planejamento, bem como a concepção e estrutura do plano atual de Governo do Estado da Bahia.

A apresentação da problemática de planejamento do Estado da Bahia, segue uma orientação diferente, da que foi adotada para os demais Estados, em virtude da natureza dos documentos apresentados por aquele Estado, em que toda a ênfase é deslocada para a descrição do sistema de planejamento atual, que ainda se encontra em fase de implantação.

A abordagem do Plano, é feita de maneira a salientar a estrutura funcional do sistema de planejamento, e as soluções apontadas para os diversos problemas específicos do Estado.

1 - O Esforço de Planejamento

A questão fundamental que se coloca hoje com relação ao planejamento no Estado da Bahia é que, sendo ele um real instrumento orientador de política econômica, deve ser trabalhado de forma simples, apenas preocupado em captar a realidade sobre a qual ele deve atuar no sentido de modificá-la. O planejamento, assim, não deve contrapor-se à realidade, sob pena de se transformar apenas num esforço teórico.

A primeira virtude de qualquer planejamento tem que ser sua propriedade política, muito mais do que o enquadramento em matrizes científicas sofisticadas; e, mais do que o planejamento como fruto, necessita de ser político o homem que o executará. Da necessidade de ser político nasce a necessidade de ser apriorístico, ao se defrontar com diferentes realidades que dependam de diferentes formas de abordagem.

Tal experiência tem sido tentada pela primeira vez na Bahia, depois de vários anos de planejamento, com alguns resultados proveitosos porém com evidentes esforços dispersos e estéreis.

O planejamento exige centralização, órgãos que trabalhem especificamente com aquela tarefa, dotados de ascendência sobre todo o sistema administrativo oficial, com capacidade de visualizar toda a economia.

A solução encontrada, para trazer as diversas Secretarias ao encontro da atividade planejadora, foi criar uma área de definição de política econômica em torno da qual se arregimentariam todas as forças do Governo. Uma vez proposto e aceito o programa do Governo, torna-se automática a orientação para a atitude governamental face a realidade baiana e, por outra parte, na medida em que estiver em jogo qualquer princípio levantado pelo programa, poderá a Secretaria do Planejamento reunir sob sua liderança os demais órgãos da administração estadual.

Dentro desta concepção geral de planejamento, procurara-se trabalhar não isoladamente mas junto de todos aqueles organismos que serão os executores do Programa do Governo. A Secretaria do Planejamento exerce, assim, seu momento coordenativo.

Esta função coordenativa, compreende dois elementos básicos de programação: a compatibilização, ou o inter-relacionamento setorial e regional dos programas, e a determinação das prioridades. Através desses elementos a Secretaria reprograma e consolida o plano com base nas propostas formuladas pelas diversas unidades administrativas que, por participarem desta elaboração, tornam maior a viabilidade de sua execução, pelo interesse político-administrativo e pela própria composição financeira dos orçamentos anuais.

A formulação dos programas, hoje, já começa a simplificar-se ao nível de galgar uma posição de objetividade que lhe permite, realmente, ser implementado. A nível estadual esta é exatamente a preocupação. Aqui se colocam duas estratégias: a administrativa e a financeira. A administrativa, ao ponto de se promover as modificações necessárias a fim de dotar as instituições de estruturas leves e dinâmicas, capazes de corresponder aos objetivos e encargos a elas conferidos. A financeira, que reveste-se da maior importância, pode ser sintetizada no interesse de se traduzir em orçamentos anuais os programas do Governo. A Secretaria da Fazenda exerce aqui um papel de alta relevância e seu trabalho, inter-relacionado com o da Secretaria do Planejamento tal como vem ocorrendo atualmente, no Estado da Bahia, implica num dos fundamentos básicos de execução dos programas.

## 1.1 - A Política de Desenvolvimento Estadual - Diretrizes Básicas do Programa de Governo

Dentro da orientação global do planejamento nacional, o Estado da Bahia procurou definir suas diretrizes de política econômica atendendo basicamente;

a) à compatibilização com o "Metas e Bases" e com os Planos Nacional e Regional naquelas prioridades e naqueles programas necessários à integração com os objetivos de desenvolvimento nacional;

b) às necessidades peculiares atuais da economia baiana.

A principal característica dos programas de Governo é a operacionalidade. Diante das alternativas que se apresentaram no início do atual Governo, optou-se por aquela de definir em grandes diretrizes a política econômica, que orientaria e canalizaria a ação dos órgãos executores para determinados objetivos comuns. Enquanto isto, dentro destas diretrizes, a Secretaria do Planejamento trabalharia na elaboração definitiva do Programa do Governo, com ampla participação das demais Secretarias de Estado.

### 1.1.1 - A Ação Setorial e Espacial - O Caso do Desenvolvimento Microrregional

O esquema proposto para a Ação do Governo trouxe em sua abordagem o componente regional como forma de se catalizar o interesse de todos os setores de administração pública do Estado para o desenvolvimento integrado das microrregiões, a fim de se atingir eficácia mais elevada.

Os setores compreendidos no Estado, como um todo, mereceram atribuições de prioridades para indicar interesses destacados que se tem com relação a alguns deles, em termos do seu descompasso ou atraso relativo e, sobretudo, na tentativa de se procurar definir lideranças setoriais sob os pontos de vista de causalidade e complementaridade.

Escolheu-se destarte como prioritários os seguintes setores: agricultura, mineração, turismo, saneamento básico e educação.

O Estado da Bahia é formado de 26 microrregiões homogêneas, segundo a classificação do IBGE. Estas 26 microrregiões, após uma série de estudos levados a cabo pelo Governo do Estado, puderam ser agrupados em 16, dada a algumas peculiaridades próprias, para efeito da ação governamental que seria deflagrada. Assim, foram chamadas de microrregiões-programas, caracterização essa puramente de âmbito estadual.

Quando da elaboração do Programa de Ação do Governo, na impossibilidade de se atuar simultânea e integradamente em todas essas microrregiões, procedeu-se a seleção entre elas das que viriam a ser beneficiadas inicialmente. Os critérios básicos, além do político propriamente e do empírico, para essa seleção, podem assim ser sintetizados:

a) identificação de potencial econômico, sub ou não explorado, capaz de responder, satisfatoriamente e em curto tempo, à ação do Governo, trazida em maciços investimentos;

b) no intuito de eliminar distorções ou disparidades entre certas microrregiões e as demais;

c) como suporte a certos objetivos e prioridades setoriais;

d) diante do fator "localização" de certas atividades de relevante interesse e que devam ser atingidos de forma integrada;

e) tendo em vista a existência de uma massa crítica urbana e de Serviços, a exigir continuadas e crescentes inversões programadas.

Numa primeira fase foram selecionadas como prioritárias as seguintes microrregiões:

a) Recôncavo - por ser a mais importante área do Estado, onde estão concentradas suas atividades industriais, grandes núcleos urbanos, além de englobar a Área Metropolitana de Salvador. Esta região é responsável por 50% de toda a receita estadual e por 69% da produção industrial. Trata-se de uma região onde melhor se distingue a dualidade entre o setor moderno, dinâmico, industrial e o setor agrícola tradicional;

b) Cacaueira - por constituir-se no núcleo do cacau, principal produto de exportação do Estado, tendo uma participação significativa para o aumento de divisas para a Nação. Deseja-se tornar a lavoura cacaueira mais eficiente, com melhores condições de concorrer no mercado internacional, através da execução de investimentos em infra-estrutura e apoio à pesquisa e extensão rural levada a cabo pelo Governo Federal.

c) Extremo-Sul - pelo seu grande potencial madeireiro, pesqueiro e no intuito de agregar a região à economia do Estado, o que não vinha ocorrendo dado sua distância e ausência de meios de comunicação. Sendo uma região com grande potencial econômico, estima-se que a sua incorporação econômica ao Estado elevará substancialmente a participação dessa região na formação de renda bruta total estadual.

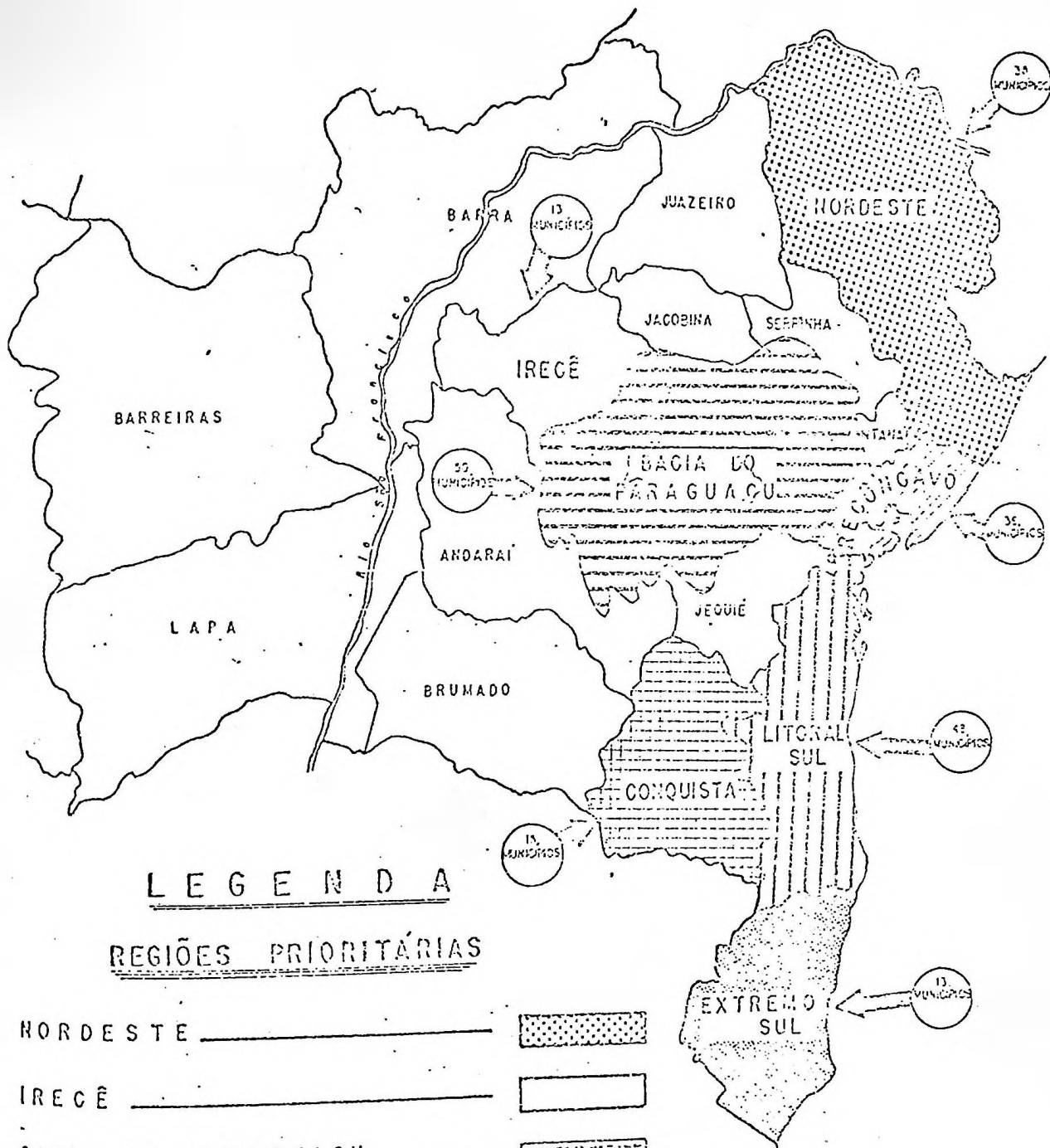
d) Irecê. - por constituir-se no mais importante centro cerealífero do Nordeste, grande produtora de milho e feijão. Com efeito, esta é uma das poucas regiões do Estado onde produtos agrícolas de lavoura não industrial são cultivados em bases capitalistas. O apoio do Governo na região é de grande importância, pois daí poderá advir um aumento de produção a custos mais baixos, que resultará em maiores quantidades a preços mais baixos contribuindo, assim, para a redução do custo de vida em alguns centros urbanos.

e) Nordeste - por constituir-se na região mais pobre do Estado, bem como de todo o Nordeste brasileiro apresentando os mais altos índices de subdesenvolvimento. A intenção é reduzir a disparidade regional interna, através de um elenco de medidas que visam incorporar a economia de subsistência dessa microrregião problema, em um contexto capitalista.

f) Vitória da Conquista - por ser o principal centro pecuário do Estado e pelas suas reais condições de se desenvolver as atividades industriais.

g) Bacia do Paraguaçu - mais que uma microrregião, a Bacia se caracteriza pelo seu grande potencial hídrico que poderá ser aproveitado integralmente, inclusive para fins energético e de abastecimento de Salvador. É um programa integrado para fins múltiplos, englobando inclusive projetos para suprimento de água para outras regiões.

# ESTADO DA BAHIA



## LEGENDA

### REGIÕES PRIORITÁRIAS

- NORDESTE \_\_\_\_\_ [Dotted pattern]
- IRECÊ \_\_\_\_\_ [Horizontal lines]
- BACIA DO PARAGUAÇU \_\_\_\_\_ [Diagonal lines]
- RECÔNCAVO \_\_\_\_\_ [Vertical lines]
- CONQUISTA \_\_\_\_\_ [Cross-hatch pattern]
- LITORAL SUL \_\_\_\_\_ [Vertical lines with pattern]
- EXTREMO SUL \_\_\_\_\_ [Horizontal lines with pattern]

### 1.1.2 - A Ação Municipal como Suporte ao Desenvolvimento Microrregional.

Como uma das coordenadas da sua ação para o desenvolvimento, o Governo do Estado vem tentando harmonizar, no que lhe é possível influir, os objetivos dos diversos âmbitos administrativos.

Neste sentido a Secretaria do Planejamento tem procurado, em suas considerações programáticas, abordar o município como uma célula de programa.

Definida esta conveniência, emergiu a necessidade da criação de instrumentos hábeis para a concretização dos propósitos.

Para atender a esse aspecto, está a Secretaria do Planejamento, através de seu núcleo programador - a Coordenação de Programas Regionais e Setoriais - (CPRS) - em fase final de estudos para a criação de uma empresa pública de grande agilidade operacional, que promova e financie empreendimentos em coparticipação municipal-estadual, voltados para setores estratégicos.

Essa empresa deverá ser um importante instrumento de política econômica para o Governo, já que centralizará todas as decisões quanto a investimentos envolvendo participação mista estado-municípios. Empreendimentos desta natureza tem ganho vulto extraordinário, mormente com a criação do Fundo de Participação dos Municípios que elevou substancialmente o nível dos recursos municipais. Ademais, é do próprio espírito da criação do FPM a cooperação entre os diversos âmbitos administrativos. Por isso a sua natureza é própria para investimentos do caráter que se quer concretizar. A entidade terá a forma de empresa pública, com a maioria das ações pertencentes ao Estado da Bahia e participação acionária de outras empresas públicas estaduais. O seu campo de atuação deverá ser constituído pelos seguintes setores:

a) Infra-estrutura Agrícola, no sentido mais elástico da expressão, compreendendo: irrigação, açudes, pequenas barragens, silos, armazens, centrais e terminais de abastecimento, etc.;

b) Energia Elétrica, abrangendo: geração de pequeno porte, ocasionalmente transmissão e, sobretudo, distribuição;

c) Saúde e Saneamento, incluindo: medicina profilática, sanitarismo, esgotamento e abastecimento de água;

d) Educação e Treinamento, principalmente programas de alfabetização, ginásios polivalentes e profissionais e cursos de treinamento de mão-de-obra industrial, agrícola, artesanal e para os serviços públicos.



e) Administração e Urbanismo, compreendendo programas de reaparelhamento administrativo para atender aos programas de desenvolvimento e programas de investimentos em infra-estrutura urbana.

A empresa promoverá e financiará a elaboração de programas de investimentos municipais nas áreas sugeridas, sendo que nenhum programa será executado por administração direta. naqueles setores em que o Estado tenha empresas adequadas para levar a termo os programas, a nova empresa as contratará para a realização das obras e serviços, sob remuneração; em outros casos contratar-se-iam empresas privadas convenientes, por meio das licitações de praxe.

Será criado, ainda, um fundo de desenvolvimento municipal, formado por recursos estaduais e pela empresa. Esse fundo será utilizado como contrapartida do Estado em todos os investimentos patrocinados pela empresa, não só nas chamadas contribuições "a fundo perdido", mas também para financiamento de parcelas dos custos totais dos programas, correspondentes às prefeituras municipais. Destarte, a contribuição do Estado, através da empresa, será de duas naturezas distintas: uma parte dos custos será oferecida sem retorno e o restante será financiado aos municípios em prazos de 5 a 7 anos. A empresa teria ressarcida a parte financiada através da liberação mensal das quotas do FFM.

Os recursos do fundo poderão ser suplementados por empréstimos a entidades financeiras adequadas, tais como: BNDE, BNB, DESENBANCO, SUDENE, BID, Banco Mundial, etc.. Assim, além dos recursos próprios do fundo, haveria reforço financeiro substancial, necessário mormente nos primórdios da vida da empresa. Após os primeiros anos, com o retorno dos financiamentos iniciais, o sistema, dada sua alta rotatividade, será praticamente auto-sustentável.

As faixas de contrapartida da empresa nos programas serão correspondentes ao grau de prioridade estabelecido para a microrregião de que faça parte o município; os municípios de microrregiões prioritárias terão, evidentemente, contribuições maiores do que os restantes. Os prazos de resgate dos financiamentos poderiam, por outra parte, ser maiores para os municípios mais pobres e menores para os de maiores disponibilidades, assim como se poderia manipular prazos de carência com o mesmo objetivo.

A empresa deverá proceder o exame das solicitações municipais e transformá-las em programas que serão propostos aos municípios.

Para alcançar estes propósitos na prática, a empresa estará vinculada à Secretaria do Planejamento e manterá permanente contacto com ela, pois daí promanarão todas as diretrizes para a política regional da empresa, con-

substanciadas, sobretudo, nos diagnósticos microrregionais que a Secretaria já vem produzindo..

Aceito o programa, a empresa celebrará contrato com as prefeituras envolvidas e contratará as empresas adequadas para a execução das obras e serviços do programa.

## 1.2 - Desempenho da Secretaria no Campo do Planejamento

Por ser o regional o componente básico da programação do Estado, a Secretaria do Planejamento vem satisfatoriamente conseguindo a aglutinação de todos os setores da administração pública estadual em torno desse objetivo comum. Por significar ação num determinado espaço, de maneira integrada, respaldado por sua vez num grande interesse político pelo planejamento, é que a Secretaria vem mantendo importante papel na condução do processo.

A morfologia dessa ação dá-se da seguinte maneira:

a) a Secretaria do Planejamento através da Fundação de Planejamento - CPE -, executa os estudos sócio-econômicos e institucionais da microrregião e elabora um diagnóstico global, identificando pontos de estrangulamento ao desenvolvimento a áreas prioritárias e passíveis de merecerem a canalização de inversões;

b) o Diagnóstico, uma vez elaborado, é distribuído para apreciação por parte das Secretarias;

c) contatos são mantidos inicialmente a nível técnico, para apreciação do documento e definição de programas operativos, à luz das indicações contidas no Diagnóstico. Nesta fase, e na seguinte, a Secretaria do Planejamento, através da Coordenação de Programas Regionais e Setoriais (CPRS), trabalha junto às demais, no sentido básico de compatibilizar a ação em termos de complementariedade setorial. Assim, se a atividade básica de uma microrregião é a agricultura, procurar-se-á fazer com que os programas de outros setores entrem como suporte, ou apoio ao desenvolvimento da atividade central;

d) reuniões são mantidas, a nível de Secretários, para discussão e aprovação final dos programas, cabendo a coordenação ao Secretário do Planejamento;

e) o documento final que contém a listagem dos programas sofre apreciação por parte do Governador do Estado;

f) o Governador, com seus auxiliares mais diretos, desloca-se para uma cidade da microrregião, onde se instaura por um breve período a sede do

Governo. A presença do Governo no interior atinge dois objetivos básicos: além de permitir uma avaliação "in loco" de problemática regional, estimula intensamente as populações locais para um esforço integrado de desenvolvimento. Na ocasião da transferência o Governador e seu secretariado discutem os programas preliminarmente propostos com as lideranças municipais, a fim de compatibilizá-los, em termos finais, à luz das peculiaridades da microrregião.

Após deflagrado o processo, compete a Secretaria do Planejamento acompanhar a execução dos programas, tarefa que é possível, embora não ainda em termos ótimos, devido à seleção de regiões e programas e à concentração espacial de esforços.

No caso específico do Recôncavo, pelas suas peculiaridades próprias, o procedimento se dá de forma diferente. Dada a importância que tem esta região no contexto do Estado justificou-se a criação de um órgão, o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - CONDER, que executa as atividades com vistas a promoção do desenvolvimento da área. Este órgão conta, no momento, com o assessoramento direto de uma missão técnica Internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como tarefa básica definir uma estratégia para o desenvolvimento da região.

Em termos de planejamento urbano, a Secretaria do Planejamento já está executando o projeto do Centro Administrativo. Esse projeto visa transferir gradativamente, a partir de janeiro de 1973 todos os órgãos da administração pública estadual para uma área reservada a este fim, onde serão concentrados, com intuito de promover maior eficiência administrativa ao setor público estadual. O Centro Administrativo será um novo polo de desenvolvimento urbano e expansão física da cidade de Salvador, e terá como consequência desafogar o sistema viário do centro urbano e preservar seu grande patrimônio histórico-cultural.

Na área municipal, o órgão competente, o Instituto de Urbanismo e Administração Municipal - IURAM, está desenvolvendo suas atividades nas microrregiões prioritárias, junto às prefeituras, nos seguintes níveis: a) orientação na elaboração dos orçamentos municipais; b) montagem do sistema de informações técnico-legislativas; c) treinamento de servidores municipais; d) elaboração de planos de ação para alguns municípios.

O IURAM está trabalhando também no sentido de armar um sistema para promover o aumento das arrecadações municipais, como fonte complementar ao financiamento dos programas de infra-estrutura.

ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Para o pleno exercício da função planejamento, os setores de estatística e de documentação surgem como serviços de apoio da maior importância.

Com essa compreensão, o Departamento Estadual de Estatística - DEE elaborou um plano de trabalho, a partir do Plano Nacional de Estatística, considerando as reais necessidades do sistema de planejamento estadual em termos das informações mais necessárias.

A documentação, como se sabe, é gestão de papéis para controle das informações neles contidas. Assim, a informação é a matéria-prima "abstrata" de qualquer documento. Documentação e Informação desenvolvem ações complementares e, no campo administrativo de realizações práticas, qualquer serviço de informação pressupõe um serviço de documentação. A partir dessa concepção, a Secretaria do Planejamento está procurando montar um rede de informações bibliográficas, com a participação de todas as unidades que compõem a Secretaria do Planejamento, através da adoção de um novo sistema de classificação e catalogação denominado "Termos Coordenados". Esse sistema proporcionará o fornecimento imediato da informação desejada pelo especialista, no momento em que ela se fizer necessária.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Não se pode dissociar esforço de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Com efeito, ocorrendo desenvolvimento econômico de uma maneira espontânea, a tendência histórica tem sido a de se alocar indevidamente os fatores produtivos e, na maioria das vezes, em proporções que não conduzem à eficiência.

Na Bahia busca-se traçar uma política de ciência e tecnologia com o objetivo maior de adaptar tecnologias existentes às nossas disponibilidades de fatores e ao mesmo tempo desenvolver técnicas para a utilização eficiente de alguns recursos abundantes. Em última instância, pode-se afirmar que a meta a ser alcançada é o aumento da produtividade da economia baiana. Consciente dessa necessidade, a Secretaria do Planejamento montou um Sistema para ciência e tecnologia, cujo centro é a Coordenação de Ciência e Tecnologia.

Os órgãos que desenvolvem as atividades dessa área serão em seguida abordados e descritos os seus projetos.

### CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO - CEPED

A implantação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia, órgão executor da política de pesquisa aplicada, traduzirá em resultados concretos o esforço que ora se faz, no sentido de oferecer à iniciativa privada uma tecnologia que promova o uso "ótimo" dos fatores disponíveis, ao tempo em que seja atraente sob a ótica empresarial.

Diante da importância que este projeto representa para o desenvolvimento da Bahia e mesmo do Nordeste, é que vários organismos, inclusive internacionais, estão participando no seu financiamento. Neste particular, deve-se destacar a fundamental contribuição que o Ministério do Planejamento vem dedicando ao projeto.

O CEPED corresponde a um investimento de US\$ 7 milhões e estão previstos estudos setoriais para atender não só às metas prioritárias do Governo, como também para suprir a falta de departamentos especializados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas privadas locais. A ação do CEPED está projetada para os seguintes setores: Indústria, Agricultura, Mineração, Engenharia Sanitária e Construção Civil. Assim, para o setor indústria estão previstas pesquisas para as áreas de Petroquímica, Metalurgia dos Minerais não-Ferrosos e Alimentos. Na área da Petroquímica serão desenvolvidos estudos sobre adapta

ção e otimização de processos e sobre produtos como fertilizantes, detergentes plásticos, inseticidas, solventes, etc.

Na área de Minerais não-Ferrosos serão estudados os problemas desde a mineração até a metalurgia, dando-se prioridade ao manganês, cromita, bari-tina, ilmenita e cobre.

No setor agrícola já estão sendo conduzidos estudos pragmáticos de pesquisa vinculados à alimentação, num plano integrado agro-industrial, com vistas a se aproveitar racionalmente a abundância das nossas frutas tropicais.

#### CENTRO DE INFORMÁTICA

No Centro de informática busca-se estabelecer um sistema de controle para o planejamento da maior importância, considerando-se a complexidade do sistema governamental.

É portanto uma laboriosa tarefa reunir, de maneira eficiente, a massa de dados e informações que se fazem necessários para efetivar o planejamento e exercer controle sobre os resultados, criando condições para que haja re-alimentação ao sistema, o que faz do planejamento um trabalho contínuo. O Centro de Informática inicialmente funcionará apenas como banco de dados, enquanto que os estudos de simulação e avaliação de alternativas para o planejamento econômico serão postos em prática tão logo se ponha em relevo um volume de informações pertinentes ao planejamento. Evidenciam-se, assim, duas etapas distintas ao funcionamento do Centro de Informática onde se identifica uma completa dependência temporal entre elas.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	235,1	69,3	104,0	30,7	339,1	100,0	253,1	62,0	155,1	38,0	408,2	100,0
1 9 6 9	334,9	68,5	153,9	31,5	488,8	100,0	341,0	61,0	218,0	39,0	559,0	100,0
1 9 7 0	342,4	53,3	300,6	46,7	643,0	100,0	383,5	56,0	301,6	44,0	685,1	100,0
1 9 7 1	521,9	62,9	308,1	37,1	830,0	100,0	499,7	60,2	330,3	39,8	830,0	100,0
1 9 7 2	702,3	61,1	447,7	38,9	1.150,0	100,0	659,1	57,3	490,9	42,7	1.150,0	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	63,0	-	37,0	-	100,0	-	59,3	-	40,7	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples



RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	461,0	203,9	664,9	496,2	304,1	800,3
1 9 6 9	544,6	250,2	794,8	554,5	354,5	909,0
1 9 7 0	464,6	407,9	872,5	520,4	409,2	929,6
1 9 7 1	583,8	344,6	928,4	558,9	369,5	928,4
1 9 7 2	702,3	447,7	1.150,0	659,1	490,9	1.150,0

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	118	+18,0	123	+23,0	120	+20,0	112	+12,0	117	+17,0	114	+14,0
1 9 7 0	101	-14,4	200	+62,6	131	+9,2	105	-6,2	135	+15,4	116	+1,8
1 9 7 1	127	+25,7	169	-15,5	140	+6,9	113	+7,6	122	-9,6	116	0,0
1 9 7 2	152	+19,7	220	+30,2	173	+23,6	133	+17,7	161	+32,0	144	+24,1

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1968	339,1	100,0	172,5	50,8	-	-	44,0	13,0	216,5	63,8	35,2	10,4	87,4	25,8	122,6	36,2				
1969	488,8	100,0	278,2	56,9	1,5	0,3	69,3	14,2	349,0	71,4	31,5	6,4	108,3	22,2	139,8	28,6				
1970	643,0	100,0	298,5	46,4	54,8	8,5	119,0	18,5	472,3	73,4	3,1	0,5	167,6	26,1	170,7	26,6				
1971	830,0	100,0	438,7	52,9	57,0	6,9	115,9	13,9	611,6	73,7	25,0	3,0	193,4	23,3	218,4	26,3				
1972	1.150,0	100,0	548,0	47,7	90,0	7,8	238,1	20,7	876,1	76,2	70,0	6,1	203,9	17,7	273,9	23,8				
MÉDIA (*) 68/72	-	100,0	-	50,9	-	4,7	-	16,1	-	71,7	-	5,3	-	23,0	-	-	-	28,3		

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

ANO	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		ICM		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
1968	664,9	-	338,2	-	-	-	86,3	-	424,5	-	69,0	-	171,4	-	240,4	-
1969	794,8	19,5	452,4	33,8	2,4	-	112,7	30,6	567,5	33,7	51,2	-25,8	176,1	2,7	227,3	-5,5
1970	872,4	9,8	405,0	-10,5	74,3	29958	161,5	43,3	640,8	12,9	4,2	-91,6	227,4	29,1	231,6	1,9
1971	928,4	6,4	490,7	21,2	63,8	-14,1	129,6	-19,8	604,1	6,8	26,0	566,7	216,3	-4,9	244,3	5,5
1972	1.150,0	23,9	548,0	11,7	90,0	41,1	238,1	83,7	676,1	28,1	70,0	150,0	203,9	-5,7	273,9	12,1

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDA A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTI- CIPAÇÃO DOS ES- TADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	70,4	20,8	-	-	70,4	20,8	52,2	15,4	122,6	36,2
1969	60,2	12,3	-	-	60,2	12,3	79,6	16,3	139,8	28,6
1970	59,0	9,2	21,7	3,4	80,7	12,6	90,0	14,0	170,7	26,6
1971	72,2	8,7	26,6	3,2	98,8	11,9	119,6	14,4	218,4	26,3
1972	92,5	8,0	36,0	3,2	128,5	11,2	145,2	12,6	273,7	23,8
MÉDIA (*) 68/72	-	11,8	-	2,0	-	13,8	-	14,5	-	28,3

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	91,80	-	58,61	-	33,19	-
1969	107,17	+ 16,7	76,52	+ 30,6	30,65	- 7,6
1970	115,04	+ 7,3	84,50	+ 10,4	30,54	- 0,4
1971	119,56	+ 3,9	88,10	+ 4,3	31,46	+ 3,0
1972	144,71	+ 21,0	110,24	+ 25,1	34,47	+ 9,6

.FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

## DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										C A P I T A L		T O T A L		
	C O R R E N T E S			D E S P E S E S			S U B - T O T A L				VALOR	%	VALOR	%	
	P E S S O A L		OUTRAS	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
1968	178,6	43,7	74,5	18,3	253,1	62,0	155,1	38,0	408,2	100,0					
1969	242,9	43,4	98,1	17,6	341,0	61,0	218,0	39,0	559,0	100,0					
1970	280,5	40,9	103,0	15,1	383,5	56,0	301,6	44,0	685,1	100,0					
1971	294,5	35,5	205,2	24,7	499,7	60,2	330,6	39,8	830,0	100,0					
1972	398,4	34,6	260,7	22,7	659,1	57,3	490,9	42,7	1.150,0	100,0					
MÉDIA * 68/72	-	39,6	-	19,7	-	59,3	--	40,7	-	100,0					

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

DEMONSTRATIVOS SEGUNDC AS CATEGORIAS ECONÓMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S		S U B - T O T A L	C A P I T A L S	T O T A L
	C O R R	D E R E N T E S			
	P E S S O A L	O U T R A S			
1968	350,2	146,0	496,2	304,1	800,3
1969	394,9	159,6	554,5	354,5	909,0
1970	380,6	139,8	520,4	409,2	929,6
1971	329,4	229,5	558,9	369,8	928,7
1972	398,4	260,7	659,1	490,9	1.150,0

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.



DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

DA  
3.3

ANO	FUNÇÕES																		TOTAL	
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
68	99,3	24,3	21,1	5,2	73,6	18,0	12,8	3,1	84,9	20,8	40,3	9,9	49,4	12,1	26,8	6,6	408,2	100,0		
69	119,7	21,4	31,8	5,7	113,1	20,3	21,8	3,9	111,3	19,9	48,9	8,7	40,4	7,2	72,0	12,9	559,0	100,0		
70	146,3	21,3	30,6	4,5	190,7	27,8	19,6	2,9	126,3	18,4	57,9	8,5	57,9	8,5	55,8	8,1	685,1	100,0		
71	233,5	28,1	29,9	3,6	186,2	22,4	24,6	3,0	147,3	17,7	66,4	8,0	76,8	9,3	65,3	7,9	830,0	100,0		
72	336,3	29,2	40,0	3,5	227,3	19,8	34,4	3,0	197,9	17,2	87,1	7,6	132,2	11,5	94,8	8,2	1150,0	100,0		
DETA (*)	-	24,9	-	4,5	-	21,7	-	-	-	18,8	-	8,5	-	9,7	-	8,7	-	100,0		

NTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples



EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	- 18,0	- 51,1	- 69,1	-	- 69,1
1 9 6 9	- 6,1	- 64,1	- 70,2	1,5	- 71,7
1 9 7 0	- 41,1	- 1,0	- 42,1	54,8	- 96,9
1 9 7 1	+ 22,2	- 22,2	0,0	57,0	- 57,0
1 9 7 2	+ 43,2	- 43,2	0,0	90,0	- 90,0

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	- 5,3	- 11,6	- 20,4	- 44,5
1 9 6 9	- 1,2	- 2,8	- 14,7	- 32,9
1 9 7 0	- 6,4	- 13,6	- 15,1	- 32,1
1 9 7 1	+ 2,7	+ 6,7	- 6,9	- 17,2
1 9 7 2	+ 3,8	+ 8,8	- 7,8	- 18,3
MÉDIA(*)'68/72	- 1,3	- 2,5	- 13,0	- 29,0

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples

## FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)*	(OC / DK)	T O T A L
1968	- 11,6	67,1	+ 44,5	-	100,0
1969	- 2,8	69,9	+ 32,2	0,7	100,0
1970	- 13,6	81,4	+ 14,0	18,2	100,0
1971	+ 6,7	76,0	-	17,3	100,0
1972	+ 8,8	72,9	-	18,3	100,0
MÉDIA 68/72(*)	- 2,5	73,5	18,1	10,9	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RX - Receitas de Capital  
 SO - Saldo Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem abertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

\* (SO/DK) (-1)

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%				
							Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
1 9 6 8	8,3	5,0	158,5	95,0	166,8	100,0	-	-	166,8	100,0
1 9 6 9	8,1	3,3	234,9	96,7	243,0	100,0	-	-	243,0	100,0
1 9 7 0	7,8	2,7	282,4	97,3	290,2	100,0	0,0	0,0	290,2	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	49,2	77,0	195,1
1 9 6 9	49,7	69,6	167,5
1 9 7 0	45,1	61,4	112,3

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

... Dados não disponíveis

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç O E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O A: (%)			
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	0,5	0,2	0,2	-	0,3
1969	2,7	0,6	0,8	180,0	1,2
1970	1,3	0,2	0,3	2,4	0,4
1971	3,4	0,4	0,6	6,0	1,0
1972	16,7	1,5	1,9	18,6	3,4
MÉDIA(*) 68 / 72	—	0,6	0,8	-	1,3

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples



RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões: correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO		RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA (%)
			(A)	(B)	
1968	86,0	0,5	85,5		25,2
1969	147,8	2,7	145,1		29,7
1970	259,5	1,3	258,2		40,2
1971	330,3	3,4	326,9		39,4
1972	490,9	16,7	474,2		41,2

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1  
 Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5  
 Amortização: Tabela 5.3

## SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	0,5	2,0	2,5	0,7	1,2	2,9
1 9 6 9	2,7	3,2	5,9	1,2	1,7	4,1
1 9 7 0	1,3	3,2	4,5	0,7	1,0	1,7
1 9 7 1	3,4	4,9	8,3	1,0	1,4	2,5
1 9 7 2	16,7	16,2	32,9	2,9	3,8	6,9

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

